



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CCBS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

ZARLAN DA COSTA MELO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O CASO DA
LICENCIATURA PLENA DA UEPB**

**CAMPINA GRANDE
2016**

ZARLAN DA COSTA MELO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O CASO DA
LICENCIATURA PLENA DA UEPB**

Trabalho de Conclusão de Curso, tipo Monografia, apresentado ao Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Educação Física.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Jeimison Macieira

**CAMPINA GRANDE
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M528f Melo, Zarlán da Costa.

Formação profissional em educação física [manuscrito] : o caso da licenciatura plena da UEPB / Zarlán da Costa Melo. - 2016.

75 p. : il.

Digitado.

Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Jeimison de Araújo Macieira, Departamento de Educação Física".

1. Projeto Pedagógico de Curso. 2. Educação física. 3. Políticas pedagógicas. 4. Estrutura curricular. I. Título.

21. ed. CDD 796.077

ZARLAN DA COSTA MELO

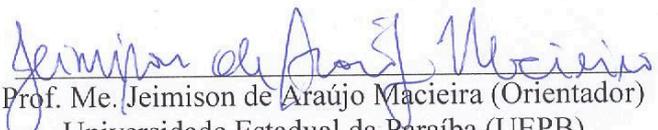
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O CASO DA LICENCIATURA
PLENA DA UEPB

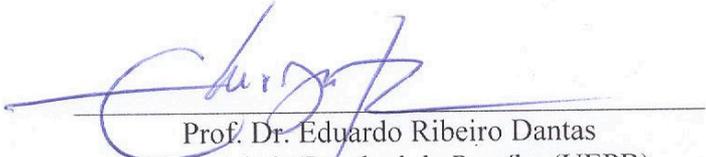
Trabalho de Conclusão de Curso, tipo Monografia, apresentado ao Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Educação Física.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: 18/05/2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Jeimison de Araújo Macieira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Eduardo Ribeiro Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Mirian Werba Saldanha
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, pela oportunidade de estar me graduando em Educação Física, curso da qual tive muito prazer em ter acertado na escolha durante as fases pré-vestibulares.

Aos professores que contribuíram ao longo deste tempo que estiveram presentes, por meio das disciplinas e debates, passando seus conhecimentos e experiências, em especial àqueles professores, que sei que se dedicam e se preocupam com o futuro dos estudantes e da área da Educação Física, visando sempre o melhor. Aqui agradeço ao Prof. Jeimison Macieira por ter sido o diferencial para a minha formação, por ter me orientado e por ser a pessoa que é cativante ao ponto de ser considerado o melhor por muitos. Muito obrigado por tudo!

Agradeço também, àqueles que trabalham e participam das atividades do Departamento de Educação Física – DEF, sendo estes os Coordenadores de Curso e Adjunto, os Chefes de Departamentos, que fizeram bem seu papel a fim de colaborar para a comunidade acadêmica, um espaço de respeito mútuo e democrático. Dedico também aqui, meus agradecimentos aos funcionários de todo DEF, sei que não conheço de perto todos, mas que de alguma forma, exercem sua profissão.

Agradeço, acredito que aqui é o mais importante, à minha família. Apesar variáveis condições impostas pelo acaso e consciente, minha mãe, Edinaide Nunes da Costa, que reverencio até a chegada de minha morte, conseguiu a trancos e barrancos educar a mim e meu irmão. Você minha senhora, conseguiu me fazer consciente e me guiar dentro deste turbilhão que é a vida, pelo o caminho do correto, do justo, valores estes que jamais irei me desprender. Se eu conseguir educar meus filhos em 50% assim como à senhora nos educou, ficarei grato, pois saberei que eles não correrão risco algum de se desvirtuarem ou cair, na estrada da vida. E que a senhora não se esqueça, a vida continua.

À meu irmão agradeço neste pequeno parágrafo, tudo aquilo que conseguiu e tenta conseguir em vida, pois durante muito tempo, você foi meu espelho, considerei como uma meta, e que se eu conseguisse ficaria satisfeito. Amor de irmão é o que sinto. Te admiro, te respeito.

Ao meu pai, agradeço. Apesar de não estar com a gente enquanto família, sempre lhe respeitei. Você foi um ponto chave da história da nossa família, e que nos deixou obrigado a fazer uma grande reformulação, e que sempre irá deixar um aprendizado. De todos os males,

vem algum bem, como diz o ditado. Espero que fique bem, e viva o bastante para se orgulhar de mim.

Óbvio que não deixaria de comentar aqui sobre Thayná de Sena Siqueira, minha querida namorada. Já foram dois anos de convivência, das quais consegui captar muitas experiências e aprendizados com você. Agradeço por tudo o que me ofereceu, e espero que eu tenha feito o mesmo por você. Amo-te, e que nossa estrada seja longa.

Aos demais que não citei aqui, parentes, amigos, colegas e inimigos: Não se sintam menosprezados, pois cada um de vocês tiveram papéis importantes na minha vida, me refiro às ajudas, conselhos das provas de superação e desafios. Deixo-lhes aqui meus agradecimentos por suas amizades e companheirismo.

Obrigado a todos!!

EPÍGRAFE

“Deseje demais o que te faz falta, por que a vida não vai ser boa na derrota e na frustração. Mas perceba que o desejo não basta. Permita-se à alegria. Consiga se alegrar com o que você já tem e, sobretudo perceba, que depois de uma conquista alegradora, se você não tiver com quem comemorar, a sua alegria durará muito pouco, morrerá instantaneamente, asfixiada pela solidão. Por isso, preocupe-se também em proporcionar a alegria de quem está em volta, para que a sua possa durar um pouco mais.”

Clóvis de Barros Filho

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o atual Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Para isso, foi realizado um levantamento de dados bibliográficos e documentais que relatam assuntos intimamente relacionados com a revisão do currículo, podendo-se assim estudá-los e referenciá-los, servindo como fundamentos para possibilitar as análises da pesquisa. Este estudo possui um caráter bibliográfico e documental e um delineamento transversal, coletando informações de fontes alternativas com base jurídica, dentre elas Resoluções, Leis e Pareceres, e os Projetos Políticos Pedagógicos de outras Instituições de Ensino Superior (IES) e documentos apresentados por grupos de pesquisa da área da Educação Física. Este trabalho se justifica na busca do entendimento da realidade do curso de Educação Física da UEPB, na tentativa de apresentar à comunidade acadêmica as implicações acerca do atual modelo de formação e, também de apresentar argumentos à necessária ampliação dos conhecimentos do referido curso. Foi constatado que o PPC do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UEPB possui características que atendem as duas áreas de formação, da Licenciatura e do Bacharelado. Contudo, necessita de uma reformulação no eixo de Conhecimentos Identificadores de Aprofundamento, ou seja, da Formação Específica do PPC. Neste debate, a Licenciatura de Caráter Ampliado surge como uma possível solução a este conflito, onde se apresenta novas características que atendem a proposta de unificação, já que possibilita um único curso na base da Licenciatura.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico Curso. Educação Física. Licenciatura de Caráter Ampliada.

ABSTRACT

This work aims to analyze the current Pedagogical Project Course (PPC) of the graduation in Physical Education of the State University of Paraíba (UEPB). For this, a survey was conducted of bibliographic data and documents that relate closely issues related to curriculum review, being able to so study them and reference them, serving as the foundation to enable the analysis of the research. This study has a bibliographic and documentary character and cross-sectional design, collecting information from alternative sources with legal basis, among them Resolutions, Laws and Legal Opinions, and the Political Projects Pedagogic other Higher Education Institutions (HEIs) and documents submitted by research groups the area of Physical Education .This work is justified in seeking to understand the reality of the graduation in Physical Education of UEPB in an attempt to present the academic community about the implications of the current model of formation and also to present arguments to the necessary expansion of knowledge of that class. It has been found that the PPC course Graduation in Physical Education UEPB has features that meet the two areas of training, Graduation and the Bachelor. However, it needs a reformulation within the axis of knowledge of the PPC Specific Formation. In this debate, the Graduation of Expanded Character appears as a proposed solution to this conflict, which presents new features that meet the proposed unification, as it enables a single stroke at the base of the graduation.

Keywords: Pedagogical Project Course. Physical Education. Graduation of Expanded Character.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição das disciplinas no Currículo Mínimo de Educação Física.....	25
TABELA 2	Oferta e Organização dos Componentes.....	27
TABELA 3	Infraestrutura Instalações Desportivas do Departamento de Educação Física (DEF) – Prédio Antigo.....	31
TABELA 3.1	Prédio Novo.....	31
TABELA 3.2	Instalações Desportivas.....	32
TABELA 4	Componentes Curriculares do Curso de Educação Física da UEPB.....	35
TABELA 5	Organização dos Componentes Curriculares atual: Grade Curricular 2015.1.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	METODOLOGIA.....	15
3	AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....	16
4	LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPB E A FORMAÇÃO DOS FUTUROS EGRESSOS: ANÁLISE DO PPC.....	24
4.1	Características do PPC.....	26
4.2	Organização do Corpo Docente e suas Competências Acadêmicas.....	29
4.3	Infraestrutura e Dependências do Departamento de Educação Física.....	30
4.4	Planejamento e Metodologia: A Montagem dos Pilares Estruturais do PPC.....	32
4.5	A Grade Curricular e sua Organização.....	34
5	AMPLIAÇÃO DO CURRÍCULO: DISCUSSÕES E ANÁLISE.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo, analisar o atual Projeto Político Pedagógico (PPP) – agora denominado como Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – do curso de Licenciatura Plena Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na medida em que houve prosseguimento, houve interesse em destacar três pontos específicos, dos quais é reconhecer o projeto de formação humana vinculado ao PPC, observar as bases teórico-epistemológicas que fundamentam o referido projeto e verificar o processo de formação de professores enquanto alunos na fase de graduação em relação ao campo de atuação nas diversas áreas de competência da Educação Física. Diante disso, esboçamos a pergunta que guiou o estudo, a saber, **como se caracteriza o atual Projeto Pedagógico Curricular do curso de Educação Física da UEPB e quais as implicações sobre a atuação profissional dos egressos?**

O curso de Licenciatura em Educação Física da UEPB foi denominado pelo Conselho Federal e Regionais de Educação Física (CONFEF/CREF's) por possuir características de uma graduação com uma atuação plena de competências da área, e esta caracterização se tornou alvo de questionamentos sobre sua composição das áreas de conhecimento que são as bases de sua formação de professores, seguindo a apresentação de sua grade curricular. Então este trabalho se justifica pela busca do entendimento da realidade do curso de Educação Física da UEPB, na tentativa de apresentar à comunidade acadêmica as implicações acerca do atual modelo de formação, apresentando argumentos à necessária ampliação dos conhecimentos e, portanto, do referido curso.

Conseguindo reunir informações da bibliografia citada, pôde-se utilizar os exemplos das Instituições de Ensino Superior (IES) que constata e estudam tal possibilidade, apontando o currículo atual elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) que necessita de ajustes substanciais utilizando como solução e proposta, um novo modelo de currículo, adotando uma ampliação de seus conteúdos, o que de fato levou a questionar o motivo, razão e a eficácia desta mudança, e que se torna uma tendência cada vez mais forte diante das atuais circunstâncias, transformando-se em uma medida que deve ser tratada com uma maior importância.

Ao que tudo indica, o curso de Educação Física da UEPB tem elementos em sua conformação curricular que poderia garantir aos estudantes uma formação superior que abarca as diversas áreas de atuação abrangendo à licenciatura e ao bacharelado, e mesmo possibilitando uma formação que dê conta das diversas áreas de atuação, visto que as discussões em âmbito nacional vêm apontando a necessidade da ampliação dos

conhecimentos dos cursos, o que pode ser o caso da UEPB diante das afirmações neste trabalho.

Pode-se notar que a Educação Física possui características de campos de estudos amplos e à atuação acadêmica e profissional, contudo, o que é notável, ela se expressa de maneira limitada, indo de acordo com as influências políticas e institucionais. Soares (1996) *apud* Fernandes (2011) comenta a respeito sobre as influências que ocasionam o misto de definições dadas a Educação Física:

Como prática político-pedagógica, sofre influências de diferentes instituições, influenciando e sendo influenciada pela cultura. No entanto, quando movimentos ditos “humanistas” ou renovadores advindos da pedagogia interferem na Educação Física, fundamenta-se uma crise de identidade e seus conteúdos de ensino passam a ter outras referências, por exemplo, o esportivismo, a psicomotricidade, a cultura corporal entre outras.

O Coletivo de Autores (1992 pág. 33) nos ajuda a compreender dentre as várias definições que se desenvolvem “[...] Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.”.

Esta compreensão se torna necessária, pois se encaixa precisamente dentro do contexto principal dos modelos apresentados dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC’s) dentro das universidades, de como a Educação Física deve ser elaborada a atender as necessidades da sociedade na atualidade. A Educação Física em sua prática utiliza-se de recursos e princípios pedagógicos, a formar o cidadão de maneira crítica e social tornando-o ativo, para que possa intervir no meio social em diferentes formas.

Em uma breve explicação, o trabalho se divide em quatro capítulos, o **primeiro capítulo** se detém a explicar através de um contexto histórico, as relações de trabalho com a Educação Física. Nele são abordados temas sobre o sistema político-econômico atual e suas transformações ao longo do tempo, que foram cruciais para o mundo do trabalho, assim também como a área da saúde e precisamente da educação, influenciando diretamente na formação profissional, sendo este o motivo essencial da elaboração deste trabalho. O **segundo capítulo** trata do curso da Licenciatura Plena, oferecido pela UEPB e de que maneira os graduandos são formados. Para isso, se deteve a realização da análise do PPC do curso, a fim de caracterizá-lo e identificar suas principais orientações para o tipo de formação destes futuros professores. O **terceiro capítulo** traz uma discussão recente sobre a necessária reflexão acerca da formação unificada na licenciatura de caráter ampliado, a exemplos de

algumas IES que em suas pesquisas e estudos realizados sobre o tema, trouxeram auxílio ao debate já existente de grupos aqui também citados.

Opta-se por esta organização, pois o trabalho adquire uma forma lógica e sequencial dos fatos contidos neste trabalho, facilitando-se o seu entendimento. Assim é necessariamente imprescindível analisar e relatar os pontos importantes do passado para se entender a construção e a elaboração do presente.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de dados bibliográficos e documentais para análise, que relataram assuntos intimamente relacionados com a revisão do currículo, podendo-se assim estudá-los e referencia-los ao debate gerado pela discussão, servindo como fundamentos para possibilitar as análises pretendidas deste trabalho. Contudo, as duas modalidades de pesquisa não são iguais, diferem essencialmente das fontes de onde são acolhidos os dados, sendo a bibliográfica de fontes com base analítica (teor científico forte) e a documental dos mais diversos tipos de documentos sem possuir cunho analítico (GIL, 2002).

Também caracteriza como uma pesquisa descritiva e qualitativa que de acordo com Gil (2002, pág. 42) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”.

Utilizou-se o SciELO, Google Acadêmico, Efdeportes.com como banco de dados para aquisição de trabalhos de cunho analítico. Da mesma forma foram coletadas para análise documentos de base jurídica como as Resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) dos cursos de Licenciatura e especificamente da Educação Física, das quais: a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP N°01/2002, Resolução CNE/CP N°02/2002, atualizadas pela recente resolução CNE/CP N°02/2015 de 09 de Junho de 2015 e homologada no dia 24 do mesmo mês, Resolução CNE/CES N°07/2004. Outra resolução e até então minuta do CNE para os cursos de Educação Física, apresentada no dia 11/12/2015 pelo CNE em assembleia e que vem a somar neste trabalho e sua discussão.

Algumas Leis e Pareceres do CNE específicas da área da Educação e da Educação Física foram selecionadas como a Lei 9.696 de 1998 da Criação dos Conselhos Federal e suas Regionais e da Regulamentação da Profissão de Educação Física; A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394 de 1996; Pareceres do CNE n° 58/2004, n° 400/2005 e n° 255/2012 e do CONFEF n°94/2005.

Também foram utilizados para subsidiar esta pesquisa os Projetos Políticos Pedagógicos: da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Em adição existem documentos elaborados por grupos de pesquisa que vão complementar os dados desta pesquisa, foram eles: a **Carta a Sociedade** da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF); o **Boletim Eletrônico da Campanha “A Educação Física é uma só! Formação unificada já!”** do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Deve-se citar que serão tomadas algumas PL's e Decretos, já que

em alguns momentos deste trabalho, são relatados alguns desfechos do percurso histórico da Educação Física, e que atualmente já são estão inclusos pela legislação atual.

Além destes que foram utilizados para a produção deste trabalho, foi solicitado à Coordenação de Curso outros documentos, como o próprio PPC – que é a fonte de análise do trabalho – e o número total de professores que o Departamento de Educação Física (DEF) disponibiliza, enquadrando professores efetivos e substitutos, disponibilizado na lista de *Anexos*. As solicitações foram registradas em mesma data.

CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Hoje o Brasil em seu perfil político-econômico se mantém fiel, durante as fases de transições de governo, ao modelo da política do neoliberalismo, atuando diretamente nas forças produtivas de trabalho e na educação, afetando seu processo de formação de professores e indivíduos.

Partindo da necessidade de compreensão dos fatos atuais, é imprescindível estabelecer uma conexão com a história dos mesmos, o que na verdade se faz necessário o uso de tal recurso, para que possamos entender como isto afeta diretamente toda a estrutura de uma sociedade e os indivíduos que a constituem.

Em primeiro lugar, o neoliberalismo em conjunto ao que viria ser denominado de *reestruturação da produção*¹ como fator complementar, da qual possui importante papel para o seu pleno funcionamento, veio ser aplicado como medida de superação de uma das crises cíclicas do sistema capitalista no início da década de 1970, mais precisamente no ano de 1973 (DIAS JUNIOR, 2011). Contudo, tal medida só veio a ser de fato implantada no cenário político brasileiro no ano de 1989, com o ex-presidente da república Fernando Collor de Melo (Collor) e, posteriormente, nos governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 1994–2001, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) no ano de 2002–2009, e que aparentemente segue adiante com sua sucessora do cargo presidencial, a atual presidente Dilma Rousseff.

Sendo assim, o Brasil já passa por este modelo político-econômico nas transições de governos nos últimos 26 anos, mantendo um *status quo* ao que se refere às políticas educacionais, com o seu projeto de formação humana voltada para o capital e o mundo do trabalho.

Dentro do contexto histórico, podemos iniciar a análise e citar aqui a crise de 1929, durante o período pós-primeira guerra mundial, como precursora para o neoliberalismo, pois foi com o fim do modelo *taylorista/fordista*² que houve a possibilidade de se aplicar o modelo atual como superador da crise. No início do ano de 1930 o modelo taylorista/fordista havia

¹ - Se explica numa reformulação das condições de produção nos setores da economia da indústria, como estratégia de superação da crise acometida no sistema capitalista.

² - Junções de métodos da produção industrial, que naquela época, estavam destaque a industrial automobilística com Henry Ford, e Taylor com a organização do espaço de produção (os setores da indústria). Nozaki (1999 pág. 6) caracteriza como uma produção em larga escala com o controle do nível de produção do trabalhador relativo ao tempo que este produz.

engendrado o início de uma nova era dentro do sistema capitalista, pois não havia nada parecido em sua estrutura, tanto dentro dos mecanismos de trabalho de Henry Ford nas indústrias automobilísticas, quanto ao tipo e estrutura de produção, originando-se uma racionalização do trabalho, criado por Taylor. Junto ao binômio taylorista/fordista à superação da crise, havia o Estado, intervindo em prol da classe trabalhadora, lhe assegurando direitos do trabalho, firmando o que logo se chamaria de Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*³: “O Estado se colocava como uma espécie de mediador entre a burguesia e o proletariado e passou a garantir a seguridade social, saúde, educação e habitação à classe trabalhadora, além de intervir nos acordos salariais e nos direitos trabalhistas” (DIAS JUNIOR, 2011 pág. 24).

Tais políticas que só viriam a ser implantadas no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas no ano de 1943, dando direito aos trabalhadores com o 13^a salário e licença maternidade, consolidando o Código de Leis trabalhistas (DIAS JUNIOR, 2011).

Porém, o binômio taylorista/fordista e o Estado de Bem-Estar Social – denominado de modelo econômico Keynesiano – mesmo adquirindo incríveis avanços e enriquecimento das nações, aquelas onde o capitalismo era consideravelmente avançado, jamais foi vista diante da classe burguesa tamanho desenvolvimento, a chamada Era de Ouro do capitalismo, encontrava-se em seu esgotamento enquanto processo produtivo no início dos anos 1960, como também conflitos entre as classes operárias contra o próprio modelo de produção voltado para o capital que culminaram para o desenvolvimento da crise. E, vale ressaltar, nesta época havia as figuras dos sindicatos dando apoio aos operários, pressionando o Estado por condições melhores e controle da produção nas grandes indústrias.

Nesse sentido, o neoliberalismo – elaborado a partir das influências de Friedrich Hayek em sua obra *O Caminho da Servidão* no ano de 1940 e de outras teses criadas a partir desta primária, formando-se assim alcunha neoliberal – no final do período da Segunda Guerra Mundial só veio a ser implantado de fato após o início da crise na década de 70. E no Brasil, diante do caótico cenário da Ditadura Militar Brasileira iniciada em 1964, o neoliberalismo só se concretizou em território nacional após o fim da ditadura, período conhecido como a redemocratização brasileira, com Fernando Collor de Melo assumindo o cargo da presidência em 1989.

³ - Pereira (2012 pág. 731) caracteriza o Welfare State como um período em que o Estado conseguiu prover benefícios e serviços para o povo. No cenário brasileiro se enquadra na conquista de direitos trabalhistas no período do governo Vargas.

Partindo-se agora para alguns detalhes importantes antes de adentrar ao assunto da relação do trabalho com a Educação Física, devemos tomar conhecimento como funciona este sistema dentro do novo modelo de produção – a reestruturação da produção denominada de *Toyotismo*⁴ – e de como as políticas neoliberais se fazem dentro deste novo cenário no Brasil.

Enquanto política, o neoliberalismo se aplica a diminuição das ações do Estado dentro do mercado de trabalho descentralizando-o, desregulamentando a economia e privatizando os patrimônios estatais. Enquanto fase de construção, o neoliberalismo aponta severas críticas ao intervencionismo estatal – por isso a ideia do Estado mínimo – e ao livre comércio – dado pelos feitos e modificações nas relações de trabalho e da economia, subsumindo ao capital, aplicando estratégias acima citadas como também a abertura ao mercado mundial, fato vivenciado pelo Brasil (GALVÃO, 2007 *apud* DIAS JUNIOR, 2011).

Apesar das modificações e da tentativa de superar a crise, a realidade é que não se obteve êxito diante do cenário econômico mundial, talvez tivesse conseguido até ter diminuído a velocidade com o qual a crise avançava. Mas, no caráter político e ideológico, Perry Anderson (1995) citado por Nozaki (1999, pág. 4) e obteve sucesso onde nem mesmo seus idealizadores pensavam que um dia iria conseguir:

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

Sendo assim, a ideia de haver um mercado descentralizado e desregulado pelo o estado, se propaga a ideia do “salve-se quem puder” abrindo o mercado da concorrência, fazendo a quem consome as mercadorias tenham a soberania de escolher qual produto irá adquirir/comprar, onde o cidadão “soberano” pudesse desenvolver-se intelectualmente e moralmente, além de garantir a sua liberdade de escolha. Dentro deste ponto, para que se pudesse obter uma base de sustentação, a política neoliberal se faz uso das aplicações de políticas focais e compensatórias, fazendo o trabalhador, obter poder de compra como ocorrido nos governos de FHC e Lula, sendo a diferença entre os dois, apenas a ampliação destas políticas:

A relação do Governo Lula com a classe trabalhadora não é diferente; apesar de pôr em prática o receituário neoliberal, Lula foi reeleito e possuía níveis altos de popularidade. Esse presidente investiu ainda mais em programas focais e compensatórios quando comparado a seu antecessor, a exemplo, do Projovem,

⁴ - Método de produção criado no Japão. Utilizado para reestruturar o tipo de produção existente nas industriais que utilizavam o método Taylorista/Fordista citado anteriormente.

Proeja, Prouni, Bolsa-Escola, Bolsa-Família, dentre outros. (DIAS JUNIOR, 2011 pág. 29).

Respectivamente, Almeida (2012 pág. 690) afirma também que “não somente deu continuidade e aprofundou o que foi realizado pelo tucanato como também se apoiou em sólidos fundamentos macroeconômicos estabelecidos nos anos FHC (governo Itamar incluso)”.

Analisando continuamente, é perceptível que pelas possibilidades dadas ao consumidor e as condições de mercado que estavam presentes naquele momento, as resistências contra a onda invasiva das políticas neoliberais e a atuação mínima do Estado deixaram de serem presentes.

Com os financiamentos das verbas utilizadas do setor público direcionadas para o setor privado, aparecessem novas oportunidades de investimentos em vários nichos de mercado para a classe burguesa, o que Boito Jr. (1999) citado por DIAS JUNIOR (2011 pág. 31) denomina de maneira convencional, de burguesia de setor de serviços. Tal categoria estaria a oferecer serviços de saúde e educação, além da previdência social privada:

A burguesia do setor de serviços é representada, sobretudo, pelas empresas de saúde e educação e, mais recentemente, empresas de previdência privada. Esses grupos empresariais atuam no Brasil quase que de forma desregulamentada, não há controle do Estado no que se refere aos serviços prestados, tão pouco ao preço das mensalidades cobradas.

Neste caso, pode-se dizer que a presença da burguesia é forte no controle do capital e dos serviços prestados pelo o Estado mínimo, pressionando-o para atuar conforme seus interesses e atuando diretamente em favor do capital. Somando-se as empresas que recebem esses investimentos fornecendo serviços, utilizando da força de trabalho do trabalhador, se apropriando do recurso da *mais-valia*⁵, formando uma dominação dentro dos grandes blocos de poder no sistema político e econômico, adicionado com o novo modelo seguindo as tendências internacionais de mercado.

O antigo sistema de produção taylorista/fordista veio a se esgotar, e novamente, precisava se reformular e encontrar formas do sistema continuar a se manter, como o exemplo da última crise capitalista em 1929. No entanto, durante o fim do período da Segunda Guerra Mundial, em alguns países da Europa ocidental e o Japão já havia se reestabelecido com o mercado interno e já estava à procura de se expandir para novos mercados junto aos países até

⁵ - Termo conceitual utilizado para definir uma disparidade de valor de um produto e seu tempo no processo de manufatura, que é expropriado pelo capitalista em forma de lucro.

então considerados de terceiro mundo, já industrializados, ameaçavam o mercado norte-americano no cenário mundial (HARVEY *apud* DIAS JUNIOR, 2011).

Dentro deste cenário, nota-se que os meios de produção começam a se intensificar, diante de uma competitividade entre os próprios países de capitalismo avançado, justamente para tentar reestruturar suas economias diante dos gastos e perdas decorridas da Segunda Guerra Mundial. Esta realidade é vivida no Japão após a sua derrota, precisamente no ano 1950, onde se estabelece o modelo Toyotista de produção, consistindo na produção de maiores quantidades de mercadorias distintas, contudo em menor número (CORIAT, 1994 *apud* DIAS JUNIOR, 2011), se distinguindo do modelo tradicional utilizado ainda em algumas empresas se orientando na produção em massa de um único produto.

Suas características se formam a partir de suas próprias peculiaridades e limitações. O Japão é um país pequeno considerando sua extensão territorial, e assim as empresas de grande porte se tornaram inacessíveis, limitando assim seu espaço para estocagem de mercadorias como também o número de trabalhadores. Porém a produtividade estava como meta deste modelo, o que não podia haver desperdícios dentro do setor fabril e essencialmente, se apegava á redução dos custos (CORIAT, 1994 *apud* DIAS JUNIOR, 2011).

A produção na empresa Toyota se tornou dinâmico e eficaz com a reorganização do trabalho. Com a prática do *Kan-Ban*, método importado e utilizado nos supermercados estadunidenses, criou-se a figura do trabalhador sendo flexível e proativo na sua função – atuando dentro de várias funções no setor – aplicando-se na fábrica, operando vários maquinários, de modo a organiza-las dentro da empresa, para que o trabalhador tenha como se adaptar conforme as mudanças qualitativas e quantitativas do modo de produção das mercadorias (DIAS JUNIOR, 2011).

A prática deste tipo de trabalho resultou em um desgaste enorme para o trabalhador devido a sua exploração, além de afetar toda a organização do trabalho, ocasionando uma estruturação do desemprego, terceirizações de serviços, subempregos e a “desproletarização”, reconhecido na forma de passagem do setor secundário ao terciário da economia. A extração da mais-valia se concretizava, e assim, o trabalhador flexível e agora considerado polivalente, se engaja como força motriz da acumulação flexível do capital.

Neste universo criado pelo capitalismo é perceptível que o individualismo se torna forte, à medida que vai praticamente jogando os trabalhadores uns contra os outros, fazendo valer também a teoria da exclusão e criando conseqüentemente um exército de reserva de mercado:

Nesse sentido, a reserva de mercado, por meio da regulamentação da profissão, é uma tese cabível no contexto neoliberal, visto que não trata da regulamentação que

garanta direitos no campo do trabalho pelo qual o Estado deve se responsabilizar, colocando os trabalhadores em confronto uns com os outros. A lógica assumida é perfeitamente ajustada ao contexto individualista do capitalismo contemporâneo, dando por vencedora a tese da exclusão. (NOZAKI, 1999 pág. 9).

No cenário brasileiro, a reestruturação da produção afeta de duas formas distintas, mas que estão ligadas ocasionalmente. Em primeiro momento, devido à crise do capitalismo junto à Terceira Revolução Industrial, atinge diretamente a dívida externa que o Brasil ainda possui, e, com isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou o governo brasileiro a aderir medidas políticas recessivas, para que pudesse gerar superávits primários capazes de pagar a dívida externa (ANTUNES, 1999; HARVEY, 1992 apud DIAS JUNIOR, 2011). Os autores ainda comentam que a medida recessiva causou uma queda no valor do mercado interno, fazendo-se assim, voltar à produção de mercadorias para o mercado externo. Tal foi à confusão, que as políticas de incentivo a importação fizeram que as indústrias brasileiras, adotassem medidas de reorganização do trabalho para haver disputas no mercado interno e externo (*ibidem*, 2011).

No segundo momento, as indústrias transnacionais põem em prática certas imposições, fazendo que suas extensões também adotassem novas medidas de organização do trabalho. Por curto período de tempo Antunes (1999) citado por Dias Junior (2011), comenta sobre revoltas operárias por estas medidas terem sido aplicadas, sendo organizadas pelos sindicatos – estes que perderam força, dando espaço para que a burguesia pudesse controlar os regimes e os contratos de trabalhos, deixando-os mais flexíveis – na região do ABC Paulista. Talvez por estes motivos, nos dias atuais ainda encontra-se formas mestiças dentro da organização do trabalho nas indústrias no processo produtivo do país, o modelo taylorista/fordista em conjunto com o processo de acumulação flexível.

A partir deste entendimento da narrativa aqui trazida sobre o contexto histórico das políticas neoliberais, cabe trazer agora o ponto inicial para a discussão principal deste capítulo. A necessidade de se ter um trabalhador com as qualidades dentro do mercado de trabalho, passa a interferir no processo de formação do cidadão e na educação como um todo. Fica fácil a compreensão de que se a classe dominante detém certo controle e se demonstra fortemente, possibilitando a acessibilidade com serviços privados dentro da área educacional, cria-se então uma distinção, onde poucos favorecidos – aqueles que detêm de condições para tal – tenham totais acessos a estes serviços, diferentes dos outros (a maioria), estabelecendo assim uma condição de classe, e a formação do cidadão (a maioria) que não possui tais condições, seguirá os interesses também ao capital e assim por diante, como um receituário, perpetuando a situação.

Como evidência da importância estratégica do campo educacional para o avanço da força produtiva capitalista, e que esta última ocupa-se, engenhosamente, com o amoldamento da primeira, vale lembrar que presenciamos no Brasil vários ajustes estruturais e políticos (reformas, privatizações), advindos da reestruturação do capital via globalização da economia. (NOZAKI, 1999 pág. 5).

A educação no Brasil passa a ter um perfil a formar um novo modelo de trabalhador, por motivos de querer qualifica-lo para atender as necessidades do trabalho, agora se atribuindo aos avanços das tecnologias e a criação de maquinários mais atuais. Isto nos mostra que estas reformas trouxeram mudanças drásticas na educação, principalmente no perfil do professor, que de fato desempenharia o papel de educar para o trabalho, transmitindo características a atender as necessidades do mundo globalizado, através das leis e diretrizes da educação que nós temos hoje. O exemplo da Educação Física, sendo esta considerada parte do corpo de disciplinas lecionadas nas escolas, que está tão intimamente ligada enquanto ginástica em seus primeiros dias de formulação, de acordo com Nozaki (1999) quando cita Silva (1997) junto à disciplina de Artes, se mostram descartáveis, apenas para dar oportunidade àquelas matérias que não foram ensinadas, e que teoricamente possuem maior importância de capacitação para o mundo do trabalho.

Neste caso, havia um desencontro entre a necessidade de haver ou não as aulas de Educação Física e a Educação Artística, por não acharem importantes (úteis):

Esse novo tipo de formação humana é baseado no modelo das competências e reflete nada mais do que a própria reestruturação produtiva do capital, como tratado. Nesse cenário, a Educação Física perde sua centralidade no projeto dominante de formação do novo trabalhador, perdendo, assim, sua importância como disciplina do currículo, já que outras disciplinas trabalhariam com as tais disciplinas exigidas pelo o mercado. (DIAS JUNIOR, 2011 pág.40).

Dentro da própria LDB 9.394/96 em sua formulação inicial (BRASIL, 1996), já se mostrava a não obrigatoriedade, deixando a cargo da escola, ser facultativo ou não no ensino noturno, e era apenas inserido dentro da educação básica e, além disto, sendo tratada por apenas atividades recreativas esporádicas enquanto vigorava o Projeto-lei (PL) 1.258/88, que privava a Educação Física enquanto componente curricular do ensino formal, apenas por questões de livre interpretação e de maneira ambígua, dos documentos apresentados, ou seja, os componentes curriculares dos quais não interessavam ao projeto de formação humana, e que isto fica explícito nestas leis, se tornaram secundárias dentro do ensino público, já que eram apenas tratadas como reprodutoras do movimento. Coincidentemente, os elementos da cultural corporal, são alienados e de certa forma estranhados à classe trabalhadora, e sobre os tetos das escolas privadas – a burguesia do setor de serviços – os seus conteúdos se tornam

extracurriculares, transfigurando-se em exclusividade nestes campos, como também motivos de concorrência entre os mesmos que oferecem as opções de modalidade esportiva.

Contudo, o PL foi revogado e a Educação Física junto com a Educação Artística passou a incorporar, graças às manifestações e críticas contra o PL 1.258/88, como também algumas propostas da LDB foram revisadas e reformuladas (Artigo 26 §2ª e 3ª, BRASIL, 2015), novamente como componentes curriculares no âmbito escolar, ou seja, fazendo parte das disciplinas obrigatórias do ensino formal nas escolas, significando um grande avanço, se comparado com o que era antes.

A Educação Física como ensino superior se torna também alvo das políticas neoliberais e com o reconhecimento da profissão da Educação Física no meio não formal pelo Ministério do Trabalho, que já regulamentava a profissão no ensino formal junto ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, ou seja, no âmbito escolar, se demonstram em fatos sequenciais, onde cada fenômeno que ocorreu ocasionou situações de causa e efeito. A desvalorização da Educação Física como componente curricular nas escolas, fez com o que os profissionais migrassem para a área informal no início dos anos 1990, dado como *modismo* (NOZAKI, 1999, DIAS JUNIOR, 2011), e que se tornou um empreendedorismo promissor fornecendo espaço para que pudessem, futuramente, estabelecer a regulamentação da profissão, e que de fato surge em 1º de Setembro de 1998, com a lei da regulamentação da profissão da Educação Física.

A aprovação da Lei 9.696/98 gera discussão e desconfiança por parte dos profissionais da área em alguns pontos. Aparentemente, em seu processo de reformulação no que se refere inicialmente à PL 330/95, se dá de maneira restrita a categoria de professores da Educação Física, não havendo participação de maneira massiva na discussão da elaboração da regulamentação, o que Nozaki (1999) pressupõe um ato antidemocrático, valendo citar a velocidade no desenrolar dos trâmites legislativos, por consequência de ser a primeira em sua categoria, baseada nos conformes das políticas neoliberais. Outro ponto, é que à medida que a ideia da possibilidade desta PL ser aprovada e sancionada como Lei atual, ocorre manifestações ligadas a uma ideia de retrocesso da área.

Tais críticas centravam-se nos argumentos de que, além de antidemocrático pelo tom de sua pressa e pela ausência de discussão junto aos professores de educação física, trazia em seu bojo manifestações ligadas a um retrocesso no campo da produção de conhecimento em educação física na, medida que ignorava seus debates, mas que, fundamentalmente, apontava para a adaptação de uma sociedade da exclusão proveniente do sistema capitalista de produção. (CASTELLANI FILHO, 1996; FARIA JUNIOR, 1996 E 1996; FERREIRA, 1996; NOZAKI, 1997; PALAFOX E TERRA, 1996 *Apud* NOZAKI, 1999 pág. 9).

Através desta conjuntura, o perfil da Educação Física se torna confuso entre os seus próprios trabalhadores, havendo-se a necessidade de uma organização de conceitos que regem prioritariamente a própria área durante esta fase de reorientação do trabalho, causados pela regulamentação da profissão e que consiste na criação de diversos conflitos e confrontos com grupos de estudantes e professores no decorrer da história.

CAPÍTULO 2:

LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPB E A FORMAÇÃO DOS FUTUROS EGRESSOS: ANÁLISE DO PPP⁶

Com base na trajetória histórica da Educação Física no Brasil, sua origem nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, adquire forma a partir das sistematizações advindas da instrução militar, que já possuíam grandes influências das escolas de ginásticas originárias do continente europeu, especificamente os métodos ginásticos sueco, alemão e francês. Também, devemos levar em consideração ao Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, conhecida como a Reforma Leôncio de Carvalho (BRASIL, 1879), que introduz em seu 4º artigo a prática de ginástica nas escolas do ensino primário, favorecendo assim a Educação Física, mesmo aos olhos de hoje possuía uma visão limitada, a consolidou enquanto componente curricular nas escolas.

Na criação inicial de cursos da educação formal, as primeiras escolas de Educação Física se deram a partir do ano de 1929, curso ministrado pelo o exército abrindo inscrições para civis, e posteriormente com base na legislação que se criava a partir do Decreto 23.232 no Rio de Janeiro no ano de 1933, criava-se a Escola de Educação Física do Exército, aceitando civis, até que depois se criassem escolas específicas para eles (BENITES et al., 2008; SILVA, 2010), fato este evidenciado também no PPC do curso de Educação Física da UEPB (2007 pág. 9):

“Na década de 1930, com a influência dos movimentos políticos, surge a tendência militar nos programas de educação física escolar; tomando-se por base a assepsia corporal, privilegiando a eugenia da raça, com foco nos jovens fisicamente capazes. Assim sendo, os professores de educação física passaram a orientar suas atividades com base na filosofia da militarização, com papel pouco educativo na estrutura escolar.”

Seguindo o percurso, a Educação Física veio sofrendo modificações e influências dos vários tipos de governos que tivemos em nosso país junto às manifestações sociais da época. Com a inserção no cenário do ensino superior nacional a partir da CFE 69/69, sofrendo reajustes e modificações em sua diretriz curricular, a sua formação profissional é dada à Licenciatura e Técnico Desportivo, estabelecendo currículo mínimo de 1.800 horas/aula (BENITES et al., 2008). Aqui se tratava de um curso com um corpo docente composto de ex-

⁶ Neste contexto, ainda se remete a nomenclatura Projeto Político Pedagógico devido ao tempo em que o documento foi elaborado. Por isso preferencialmente mantive a nomenclatura respeitando a sua cronologia.

atletas, médicos e militares, estabelecendo um conjunto de disciplinas caracterizadas de básicas e profissionais (TOJAL, 2005 *apud* SILVA, 2010 pág. 1), das quais:

TABELA 1 – Distribuição das disciplinas no Currículo Mínimo de Educação Física.

CORPO DE DISCIPLINAS	
DISCIPLINAS BÁSICAS	DISCIPLINAS PROFISSIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Biologia; • Anatomia; • Fisiologia; • Cinesiologia; • Biometria; • Higiene. 	<ul style="list-style-type: none"> • Socorros Urgentes, • Ginástica Rítmica, • Natação, • Atletismo, • Recreação • Matérias pedagógicas de acordo com o parecer nº 672/69 (Psicologia da educação, Didática, Prática de Ensino através de Estágios Supervisionados e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus).

Fonte: Percurso Histórico da Formação em Educação Física no Brasil e na Bahia. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 141 - Febrero de 2010.

Através deste ponto se fez uma reflexão sobre os conteúdos e a forma organizacional do currículo da Educação Física. A valorização dos componentes higienizadores incorporados, mesclado às práticas educativas arcaicas se resultou neste perfil dado na Tabela 1 e suas formas de aplicação.

A busca da superação deste modelo foi alcançada através dos avanços dos estudos na área, que levavam em conta o ideal da educação, novas formas de educar, partindo do pressuposto de Paulo Freire, da educação através do diálogo e como o professor fazer-se o mediador da relação conhecimento e aluno, levando à formação crítica deste.

Então tínhamos desvendado novos caminhos para a Educação Física, com novas práticas pedagógicas, quais sejam estas, caracterizadas com o único papel dentro da escola, se preocupando em educar. Contudo, este entendimento ficou preso dentro do cenário formal da profissão, dando a falsa sensação de abandono à outra área de atuação deste profissional.

Agindo de outra maneira e claro, não havendo uma distinção de objetivos, a Educação Física trata também da transmissão de conhecimentos sobre hábitos e condições saudáveis de vida, tornando-a de maneira totalmente preventiva de patologias, característica pertencente à área da saúde podendo ser exercida dentro da escola e fora dela.

Neste sentido, concebe-se a importância de mudar o enfoque tradicionalmente oferecido à formação dos profissionais de Educação Física, bem como a necessidade de inserção de competências direcionadas à área de saúde. Para tanto, é preciso propor reformas curriculares, as quais vão sendo ampliadas, e a busca do profissional pela orientação de suas práticas através do princípio da integralidade; ampliando as percepções das necessidades dos grupos e, por conseguinte, gerando discussões sobre as melhores formas de atender às necessidades. (UEPB, 2007 pág. 9)

Podendo ainda ressaltar a interdisciplinaridade que se encontra intrínseca à área, pois ela tem a capacidade de criar um elo com outros conhecimentos advindos das diversas áreas de estudo, bastando apenas à criatividade do professor para que ele possa transmitir seus conhecimentos nas suas aulas (BRASIL, 2004).

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DO CURSO E CARACTERÍSTICAS DO PPC

Diante destas informações, o PPC do curso de Educação Física, vem de uma versão do currículo de 1999, neste caso, quase duas décadas em que este processo de mudanças e adaptações vem acontecendo e destas adaptações, a mais recente data formalmente do ano de 2007 do currículo, sendo esta a utilizada para a análise, na tentativa de trazer aquelas informações mais atuais, fazendo-se valer da veracidade e realidade constatadas, ressaltando as reformas curriculares.

A sua criação data de 26 de Maio de 1978, em Campina Grande, com a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 11/78, da Universidade Regional do Nordeste, indo de acordo com a portaria nº 436/84 do MEC publicada em Diário Oficial da União em 25 de Outubro de 1984. Este mesmo documento estabeleceu ainda o currículo e o corpo docente, determinando ainda o número de entradas para os ingressos, dos quais disponibilizava de 80 vagas para duas entradas, e o processo de vestibular, sendo realizado pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), realizando a seleção em conjunto com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como regime anual e com turnos matutino e vespertino.

O curso atualmente possui períodos divididos em semestres disponibilizando 80 vagas, das quais 40 para primeira entrada e 40 para a segunda entrada. (UEPB, 2007). A sua localidade, ao depender da estrutura da universidade naquela época, situava-se em um único

departamento para o curso de Educação Física e Fisioterapia, mas com os avanços e expansão da universidade, o curso passou a ter seu próprio departamento, situado um pouco a parte do Centro de Ciências Biológicas (CCBS), denominando-se Departamento de Educação Física (DEF).

O currículo do curso de Educação Física que atualmente está em vigência na UEPB caracterizado como Licenciatura Plena, se difere por possuir elementos de uma formação mais ampla em comparação à formação anterior, onde essas novas práticas foram sendo instauradas aoinício da década de 90, precisamente no ano de 1992, indo de acordo com o que determinava a resolução CFE 03/87 posteriormente atualizado pela resolução CNE/CES 07 de março de 2004. Observa-se que o currículo da UEPB ultrapassa as 2.880 de carga horária proposta, possuindo uma carga horária inicial total de 2.970 horas, e que se encontra com carga horária total de **3.273 horas/aula** distribuídos da seguinte forma, atendendo os parâmetros da Resolução CNE/CP nº02/2015 – na época CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002 – que trata das licenciaturas. A distribuição de horas está organizada conforme a tabela abaixo:

TABELA 2 – Oferta e Organização dos Componentes

Oferta dos Componentes	Quantidade	Percentual
Anual	24	60,0%
Semestral	16	40,0%
Total	40	100%
Atividades	C/ Horária	Percentual
Básicas	1650	50.4%
Complementares	429	13.1%
Pedagógicas	862	26.3%
Eletivas de Aprofundamento	132	4.1%
Eletivas de Cunho Acadêmico-Científico-Cultural	200	6.1%
Total	3.273	100%

Fonte: Minuta de Resolução CONSEPE 009/2007 da UEPB. 14 de Fevereiro de 2007.

De acordo com Antunes (2009, pág. 6), a resolução de 1987 desencadeou um processo de análise e reflexão acerca da Educação Física e sobre o seu próprio objeto de estudo e um novo olhar para a atuação, promovendo grandes influências dentro da proposta de formação dos futuros professores, as diretrizes posteriores:

A resolução 03/87 foi importante para a evolução e organização das atuais diretrizes curriculares da área, porém foi apenas parte de um processo que deve ser contínuo e dinâmico. É necessário que as IES adaptem seus projetos pedagógicos com o objetivo de atingir uma preparação profissional de qualidade. É imprescindível o fortalecimento da área desde a formação inicial, pois é neste momento que o acadêmico e futuro profissional irá despertar o interesse pela valorização da área por meio de pesquisas, trabalhos em situações reais da prática, reflexões, debates, práticas profissionais e estágios. (Ibidem, 2009 pág. 6).

Ainda se mantem o tempo de formação inicial de 4 anos a 6 anos, e sendo assim não fere constitucionalmente a resolução, mas apenas veio se adequando diante de algumas necessidades que surgiram, suprimindo a sociedade com profissionais mais capacitados a exercer suas competências naquele momento, passando a ser de forma mais ampla:

Percebe-se a importância de não apenas comungar com as possíveis discussões e reformas no Projeto Político-Pedagógico, mas, também, que possam ser efetivadas mudanças nas posturas e práticas do corpo docente e que seja possível conquistar novas ferramentas, em conjunto com a política educacional e de gestão da Universidade, que favoreçam o engrandecimento do curso e estejam condizentes com as competências necessárias para atender à nossa realidade. (UEPB, 2007 pág. 7).

Por este processo de transição ocorrer, o PPC se justifica enquanto documento, na real e necessária adaptação, se ajustando conforme novas ideias e noções à área ligadas as suas ramificações, como também toda a jurisprudência que lhe envolve:

Este Projeto Pedagógico foi baseado na Lei Nº9394/96 de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Nacional, na Resolução 09/97 do CONSEPE e Nº3 de 16/06/97 do CFE. Porém, como o conhecimento está sempre em construção e pelas próprias características de um Projeto Político Pedagógico deve ser repensado e constatado os seus erros e acertos é que assim recomeçamos a sistematizar uma nova versão, porém com uma dimensão maior, percebendo-se as novas diretrizes nacionais para a área. (Ibidem, 2007 pág. 5)

Tais mudanças e modificações que já ocorreram e que posteriormente poderá ocorrer, possuem “[...] aparato legal nas Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com a Lei 9.131, de 25 de Novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004 traduzidas na Resolução nº 7, de 31 de Março de 2004, bem como na Resolução UEPB/CONSEPE/13/2005.” (UEPB, 2007 pág. 5).

Então se cogita o real entendimento das DCN’s como uma forma de guiar as IES a elaborar seus cursos e currículo á especificidade, a seus interesses e o seu propósito de formação, no momento em que se alicerça dentro da constitucionalidade, ao contrário do que era o currículo mínimo. Conforme a justificativa do PPC de Educação Física da UEPB baseia-se no artigo 12 da LDB (UEPB, 2007; BRASIL, 2015), obtêm-se liberdade e autonomia de

elaborar o seu currículo formando-se assim a sua identidade própria, possuindo as condições determinantes de exercer suas funções para com a comunidade acadêmica. Então vale a preocupação de elaborar o currículo que seja capaz de superar os erros, aperfeiçoar os acertos, mudar as tendências, a partir de novas formas e práticas dentro do processo de formação do curso, como citado no novo Regimento de Graduação da UEPB em seus artigos 34º e 35º que dispõe, respectivamente:

Art. 34 Os PPCs dos Cursos deverão ser revisados periodicamente, a cada 6 (seis) anos, para fins de renovação de seu credenciamento junto ao CEE.

§1º Em caso de reformulação do PPC, é necessário submeter a nova proposta à apreciação do CONSEPE;

§2º Caso ocorra reformulação do PPC, nos termos previstos no *caput* e §1º deste artigo, a totalidade dos estudantes poderá migrar para o novo currículo, em conformidade com deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 35 Os PPCs poderão ser atualizados, uma vez por ano, sem deliberação do plenário do CONSEPE, desde que os breves ajustes sejam aprovados, cumulativamente, pelo NDE, Colegiado do Curso e pela PROGRAD, quanto aos seguintes itens:

I - bibliografia;

II - ementa, desde que não haja mudança de nomes de Componentes Curriculares;

III - ajustes de carga horária, em conformidade com legislação em vigor;

IV - mudança no ordenamento dos Componentes nos períodos; e

V - inclusão ou exclusão de Componentes, em casos excepcionais, desde que não altere o perfil do egresso nem a carga horária do Curso.

Parágrafo único. Nos casos de atualização do PPC, prevista neste artigo, a totalidade de estudantes do Curso deverá migrar para a versão atualizada da proposta.

Nitidamente se vê, diante do percurso histórico aqui já citado, as discussões e avanços dentro da área da Educação Física, a exemplo do aumento dos conhecimentos e competências nas áreas da educação e saúde. Particularmente, a abrangência da área de Educação Física não é algo considerado negativo, muito pelo contrário, se trata da centralidade destes conteúdos, podendo ser construído um corpo único de conhecimentos:

[...]considerando o indivíduo como um todo, pois, o corpo não é só orgânico, mas também social, político, ideológico, histórico, psíquico, com perspectiva de melhoria da qualidade de saúde e de vida, e que, no contexto da saúde, esteja presente, de modo marcante, a discussão do ponto de vista social (UEPB, 2007 pág. 10).

2.2 ORGANIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E SUAS COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS

O DEF da UEPB possui um corpo docente e técnico-administrativo de 41 indivíduos, sendo 33 docentes e 8 técnico-administrativos. Porém, pela a data do documento ter uma diferença de 9 anos ao tempo em que este trabalho foi escrito, é claro que o número real de indivíduos que compõem a lista está defasado. Em documento solicitado à Coordenação do Curso, atualmente o corpo docente do DEF é de 25 professores, dos quais 4 são substitutos. O número exato de técnicos não foi solicitado, mas acredita-se que se encontre o mesmo, e talvez mais, devido aos concursos públicos realizados pela UEPB. Conta também, ao corpo docente, professores emprestados de outros departamentos, devido a algumas disciplinas de áreas específicas como exemplos Psicologia, Estatística, Pedagogia, Filosofia, Farmácia e Biologia.

De acordo com o PPC de Educação Física da UEPB, o corpo docente além de exercer suas atividades, adquire a partir do Estatuto e Regimento da UEPB, de tomarem posse de cargos departamentais através das eleições realizadas por cada departamento. Destas representatividades existem os colegiados, dos quais fazem parte o Coordenador (Presidente), Coordenador-Adjunto (Vice-Presidente), o grupo de representantes dos docentes (4 representantes) e dos discentes – CA; existe uma câmara departamental constituída por representantes dos docentes, representante do corpo discente e a representante dos técnicos-administrativos. Dos cargos departamentais, possui o Coordenador e Coordenador-Adjunto, Chefe e Chefe-adjunto. Neste caso, as responsabilidades do departamento sejam sobre assuntos didáticos, científicos, administrativos, financeiros e disciplinares do curso, são tratados nas assembleias departamentais realizadas para tratarem do assunto.

Dentro do departamento, o espaço necessita ser organizado, para que possam fluir as dinâmicas de trabalho entre as individualidades dos grupos, já que a diversidade dentro da comunidade acadêmica é grande, e que o PPC se baseia a atender e articular esta diversidade, tentando resultar no bom desempenho e qualificação do curso. E nesse caso, em relação ao corpo docente, este tem capacidade de contribuir para este cenário, o que foi evidente diante dos fatos apresentados até aqui sobre as mudanças decorrentes na Educação Física, enquanto área de atuação e determinação das DCN's, mantendo-se comprometida em um PPC “amplo, aberto a experiências, problematizado, dinâmico e dialógico; construído de forma crítico-reflexiva e participativa numa perspectiva de constante evolução e crescimento coletivo” (UEPB, 2007 pág. 12).

2.3 INFRAESTRUTURA E DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO

As instalações e infraestrutura do departamento citadas no PPC apresentam limitações mesmo que ainda consiga atender as necessidades do curso, e que algumas instalações não se encontram da mesma forma citados no documento da UEPB, devido ao tempo em que este foi elaborado em relação ao tempo em que este trabalho foi escrito, situação igual à lista que compõem o corpo docente do DEF:

TABELA 3 – Infraestrutura Instalações Desportivas do Departamento de Educação Física – DEF

PRÉDIO ANTIGO	
Dependência	Quantidade
Sala de aula	06
Sala de Vídeo	01
Sanitários	04
Cozinha	02
Almoxarifado	01
Sala de Professores	01
Sala para a Chefia	01
Sala para a Coordenação	01
Sala para Secretaria	01
Área/Sala para Vigilância	01

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física – DEF, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

TABELA 3.1 – Infraestrutura Instalações Desportivas do Departamento de Educação Física – DEF

PRÉDIO NOVO	
Dependência	Quantidade
Sala de Dança	01
Sala de Judô	01
Sanitários (com chuveiros)	03
Cozinha	01
Almoxarifado	01

Sala de Grupo de Pesquisa	01
Sala de Coordenação de Medidas e Avaliação	01
Sala para Coordenação das Escolinhas Poliesportivas	01
Sala de Musculação	01
Sala de Avaliação Física	01

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física – DEF, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

TABELA 3.2 – Infraestrutura Instalações Desportivas do Departamento de Educação Física – DEF

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	
Dependências	Quantidade
Quadra Poliesportiva ao ar livre	01
Quadra Poliesportiva Coberta	01
Piscina Semiolímpica	01
Pista de Atletismo com setores para salto e arremessos	01
Campo de Futebol	01

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física – DEF, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Citado aqui as instalações do DEF, é possível tratar neste momento, dos métodos que serão aplicados os conteúdos e da sua organização, conforme as prerrogativas a seguir. Neste caso, faz-se a ressalva metodológica da reformulação deste projeto, e de como se deu este processo de análise e discussão.

2.4 PLANEJAMENTO E METODOLOGIA: A MONTAGEM DOS PILARES ESTRUTURAIS DO PPC

No documento da UEPB são relatados encontros e reuniões com órgãos universitários a exemplos das IES, como também via internet; sobre pesquisas realizadas com alunos, egressos e docentes do curso de Educação Física, como também a elaboração e participação de Seminários envolvendo estas mesmas figuras; participação ativa em reuniões promovidas pelo Fórum Permanentes das Licenciaturas (FOPEL) na UEPB; reuniões com especialistas e Pró-Reitoria de Graduação e de Ensino (PROEG), Pós-Graduação e Pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Sendo assim, reuniões com o Colegiado do Curso,

questionamentos com os empregadores e os egressos, a participação em Encontros sobre o tema do Profissional de Educação Física, e reuniões contínuas com a comissão responsável pela reformulação deste PPC.

Tratando-se da Metodologia de Ensino no Curso de Educação Física, buscar-se-á o ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando à realização de experimentos e/ou projetos de pesquisa; bem como projetos de extensão; socializando o conhecimento produzido. (UEPB, 2007 pág. 15).

Desta definição partimos do entendimento, de que se pressupõem uma formação ampla para o perfil do profissional, a qual a UEPB pretende formar, sistematizando os conteúdos que abarque conhecimentos de áreas distintas, como também, a promoção da vivência dentro dos programas de ensino e de extensão, a realização e a prática de pesquisas advindas destas vivências: “As atividades teóricas e práticas deverão estar presentes desde o primeiro ano do curso, permeando toda a formação do Profissional de Educação Física, de forma integrada e interdisciplinar, num contexto de indissociabilidade teórico-prática.” (Ibidem, 2007 pág. 16).

A partir destas discussões nos direcionamos aos pilares que fomentam – sustentam – o curso, já que estes pressupõem a sua essência enquanto vieses de formação humana e qualificação deste futuro profissional. Somado isso, as estratégias pedagógicas para a formação deste profissional se mantem intrinsecamente ligadas. Sua formação possui características que se articulam ao modelo aplicado pelas políticas educacionais e a cartilha neoliberal, para consolidar a formação do trabalhador polivalente e flexível, assim também como é apresentada uma forma limitada dos conteúdos explorados da Educação Física e sua abordagem com o conhecimento, diante dos pilares da formação deste profissional. Consequentemente o resultado se demonstra na aplicabilidade dos conteúdos, ou seja, os componentes curriculares do curso.

Serão trabalhadas e definidas estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constituem atributos indispensáveis à formação do Profissional de Educação Física; buscando a articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica. [...] a formação ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento: relação ser humano - sociedade; biologia do corpo humano e a produção do conhecimento científico e tecnológico. E a formação específica deve contemplar: as dimensões culturais do movimento humano, a técnico-instrumental e a didático-pedagógico. (UEPB, 2007 pág. 16)

Isto se apresenta conforme os objetivos do curso, o tipo de profissional e de suas competências, determinando assim sua área de intervenção. Nós sabemos sobre as análises

feitas até aqui, das referências que o documento – PPC – da UEPB toma como base da sua própria reformulação, e que o mesmo tem aparato legal constitucionalmente:

“[...] a proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, sistematizada pela COESP-EF, foi encaminhada ao setor competente da SESu/MEC que, por sua vez, a encaminhou ao Conselho Nacional de Educação. Em linhas gerais, as diretrizes formuladas propunham a formação do graduado em Educação Física, a partir de dois núcleos de conhecimentos: a) Conhecimento Identificador da Área e b) Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento.”(BRASIL, 2004b pág. 4).

Os objetivos traçados com esta reformulação são determinados perante as situações em que a sociedade estava sujeita. A expansão dos espaços de intervenção deste profissional dentro da área educacional e da saúde, ou seja, o aumento do número de escolas da esfera pública, municipais e estaduais e no mercado da área do fitness que se encontra até hoje em expansão, resulta no aumento da demanda de professores e de cursos. E estes fatores, corroboraram para a formação deste profissional de maneira generalista, capacitando-o a atuar em campos formais e não formais, na participação da construção do conhecimento dentro da Educação Básica, buscando o entendimento da realidade social para que possa intervir com seus conhecimentos, contribuindo para a formação e enriquecimento cultural daquele espaço, atrelado a consolidação da prática da atividade física, proporcionando o bem-estar e um estilo de vida saudável, dentro das várias possibilidades e ramificações das áreas de intervenção (BRASIL, 2004; BRASIL, 2015; UEPB, 2007).

Sabendo destas qualidades, o futuro professor egresso do curso de Educação Física oferecido pela UEPB, sem dúvida alguma, se torna capaz de exercer sua função em qualquer espaço pertencente a sua área:

O licenciado em Educação Física, atuará em diferentes campos, exercendo atividades pertinentes de: planejamento, execução e avaliação de programas de Educação Física, individuais e coletivas, sejam elas formais e não formais, para uma clientela formada por crianças, jovens, adultos e idosos, junto às Instituições de Ensino de Educação Básica e Educação Profissional, públicas e privadas, bem como em academias, empresas e indústrias, hospitais e clínicas, clubes, casas de repouso, condomínios, hotéis, spas, creches, associações de classes, centros comunitários, empreendimentos particulares e Instituições Públicas para prática da atividade física, recreação, esporte e lazer; Instituições Carcerárias, praças, parques, logradouros públicos, meios de comunicação, residências, entre outros. (ibidem, 2007).

2.5 A GRADE CURRICULAR E SUA ORGANIZAÇÃO

A sua grade curricular possui um conjunto de disciplinas acadêmicas com uma visão generalista, ou seja – detém de disciplinas que abarca os conhecimentos das duas áreas de

formação hoje estabelecidas, apesar de, como citado anteriormente, ser resumida em sua estruturação na grade curricular apresentada e concepções de estrutura de formação dos ingressos – ela aborda uma gama de conhecimentos ligados à Educação Física e o Esporte, adotando uma visão própria como área acadêmica e um corpo de conhecimento ligado à área pedagógica e da saúde, como exposto na tabela a seguir, sendo distribuídas conforme se identificam dentro dos pilares do PPC e junto com a sua carga horária:

TABELA 4 – Componentes Curriculares do Curso de Educação Física da UEPB.

FORMAÇÃO AMPLIADA		
Componentes Curriculares	C/Horária	Percentual
Anatomia e Cinesiologia Humana	132	
Bioquímica e Fisiologia Humana	132	
Metodologia Científica	66	
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física e Esportes	66	
Bioestatística	66	
Direito, Organização e Legislação Desportiva	66	
TOTAL	528	
FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
Componentes Curriculares	C/Horária	Percentual
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física	33	
Nutrição Aplicada à Atividade Física	66	
Fisiologia do Exercício	132	
Desenvolvimento, Aprendizagem e Performance Motora	66	
Medidas e Avaliação em Educação Física	66	
Natação e Atividades Aquáticas	66	
Voleibol	66	
Ginástica Olímpica	66	
Pesquisa/ Extensão	66	
Recreação e Lazer	66	
Educação Física Adaptada	66	
Handebol	66	

Dança	66	
Atletismo	66	
Basquetebol	66	
Futebol	66	
Judô	66	
Ginástica de Academia	66	
Ginástica Rítmica	66	
Educação Física para Grupos Especiais	66	
Primeiros Socorros e Recursos Fisioterápicos na Educação Física	66	
TAO	66	
Treinamento Desportivo	66	
CONHECIMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO		
Prática Pedagógica em Educação Física I	66	
Prática Pedagógica em Educação Física II	66	
Filosofia da Educação	66	
Sociologia da Educação	66	
Psicologia, Desenvolvimento e Aprendizagem	66	
Organização do Trabalho na Escola e o Currículo	66	
Processo Didático, Planejamento e Avaliação	66	
Estágio Supervisionado I	200	
Estágio Supervisionado II	200	
TOTAL	2413	73.7%
Eletivas de Aprofundamento	132	4.1%
Eletivas de Cunho Acadêmico-Científico-Cultural	200	6.1%
TOTAL GERAL	3.273	100%

Fonte: Projeto Político de Curso do Curso de Educação Física da UEPB. Minuta de Resolução CONSEPE 009/2007. 14 de Fevereiro de 2007.

Os dados apresentados se mostram diferentes com o que é visto e aplicado atualmente, em relação com os componentes curriculares e em sua carga horária, refletindo assim, no total de carga horário do curso citado anteriormente.

As diferenças se dão na redução de horas dos componentes curriculares, mas em efeito compensatório, uma reorganização das atividades representadas na tabela acima dos

componentes Eletivos de Aprofundamento e Eletivas de Cunho Acadêmico-Científico-Cultural. Desta forma, as opções dentre as disciplinas facilitaram a opção de aprofundamento dos conhecimentos como também das participações das atividades relacionadas ao segundo item aqui mencionado.

Tal mudança acrescenta ao curso uma quantidade de horas, totalizando **3.660 horas/aula** totais. O documento que mostra estas diferenças estará presente aos *Anexos* deste trabalho.

TABELA 5 – Organização dos Componentes Curriculares atual: Grade Curricular 2015.1

Oferta dos Componentes	Quantidade	Percentual
Anual	--	--
Semestral	49	100%
Total	49	100%
Atividades	C/ Horária	Percentual
Básicas	1440	39.3%
Complementares	360	9.8%
Pedagógicas	780	21.3%
Eletivas de Aprofundamento	480	13.1%
Eletivas de Cunho Acadêmico-Científico-Cultural	600	16.4%
Total	3.660	100%

Fonte: Grade Curricular do Semestre 2015.1 – *Anexos*

O conteúdo presente no capítulo três deste trabalho terá como principal função a discussão e a apresentação de uma nova configuração da Educação Física, que trata de seus aspectos acadêmico-profissionais, com uma condição ampliada de seus conteúdos, colaborando para a construção de um novo perfil do professor de Educação Física, como também uma contribuição ao entendimento da sua identidade.

CAPÍTULO 3:

AMPLIAÇÃO DO CURRÍCULO: DISCUSSÕES E ANÁLISE PRÉVIA

Diante do presente relato neste trabalho, traz-se aqui a Licenciatura de Caráter Ampliado em Educação Física que possui dentre vários, o principal objetivo de ir frente contra o modelo atual de formação de professores de Educação Física proposto pela atual diretriz curricular que rege os princípios e competências da Educação Física, precisamente a fragmentação do “corpo” de conhecimento apresentada em sua totalidade, ou seja, das formações em Licenciatura e Bacharelado e nas implicações resultantes deste tipo de formação: da criação de um indivíduo na perspectiva da unilateralidade baseado nas manobras políticas que possui pesado efeito na área de trabalho e da área educacional do trabalhador, de fato remetendo-se ao conteúdo tratado no capítulo 1, onde a descentralização do trabalho se tornou evidente no percurso histórico da Educação Física:

Estes mecanismos incidem sobre a classe trabalhadora para desqualificá-la no processo de formação e, assim, melhor explorá-la. Um destes mecanismos é a divisão na formação acadêmica, que fragiliza, pelo esvaziamento teórico, a formação dos trabalhadores. (TAFFAREL, 2012).

Como evidencia Taffarel (2012) as tendências do mercado do capital em relação ao ensino superior possuem três fortes causas, das quais é a iniciativa privada por parte das instituições de ensino visando oferecer cursos de Bacharelado em Educação Física para atender as demandas do mercado não escolar, os investimentos e gastos na formação destes cursos que são apresentados em sua maioria em IES de cunho privado, e como oferecimento e a comodidade, a formação à distância de ensino superior, buscando a aceleração na formação de professores e os cortes de gastos da formação dos mesmos.

E esta é uma realidade, segundo Rodrigues (2011) e Morshbacher (2013), da qual afeta também os cursos oferecidos nas instituições públicas, como foi o caso da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, das quais travam lutas constantes contra a fragmentação do currículo de seus cursos, contando com ostensiva ajuda de várias entidades e setores como: o MEEF (Movimento Estudantil em Educação Física) e a ExNEEF (Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física); Os grupos de pesquisa, como o GTT (pesquisadores do grupo o Mundo do trabalho do CBCE); a ANFOPE (Associação Nacional dos Profissionais da Educação); A rede LEPEL (Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer). Estas instituições passaram pelo o mesmo processo de adaptações,

aprimoramentos e consertos durante seu percurso histórico de elaboração, caracterizado na análise do curso de Licenciatura em Educação Física da UEPB, no caso da Licenciatura Plena, abarcando conteúdos e distribuídos nos eixos de formação.

Um fato importante que deve ser levantado é a presença da criação do curso de Bacharelado nestas instituições, como no caso da federal de Santa Maria (UFSM, 2010), a reforma curricular ocorreu em 2005 em Licenciatura Plena, e no ano seguinte em 2006, foi inserido o curso de Bacharelado. Contudo com as análises e avaliações do currículo, chegaram a indagar sobre a grande similaridade entre os dois cursos, referindo-se às disciplinas, realizando reuniões com a comunidade acadêmica para que se pudesse discutir sobre:

“Especificamente, durante os dias 21, 22 e 25 de maio de 2009, o Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria foi paralisado com suas aulas e algumas atividades para que os três setores (professores, funcionários e estudantes) discutissem e formassem políticas quanto aos cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado que existem no mesmo.[...] A opção dos três segmentos constitui-se pela formulação de um curso só, no caso a Licenciatura Plena de caráter ampliado, tendo o entendimento de que não é acoplar os dois currículos vigentes (licenciatura e Bacharelado) e nem voltar ao curso de Licenciatura dos anos 90, mas sim garantir uma formação ampliada que atenda as demandas da área escolar e não escolar.” (UFSM, 2010).

Seguindo em sua perspectiva, a Licenciatura Ampliada apresenta uma base teórica consistente e forte e tem sido discutido e apresentado, cada vez mais ganhando espaço e notoriedade. Embasada da teoria marxista, que envolve na elucidação e na libertação, tratando-se da Educação Física, dos vieses do projeto de formação hegemônico do modo de produção capitalista, ela possui em seus pilares o Materialismo-Histórico Dialético como sua teoria do conhecimento, a Teoria Histórico-Cultural como sua teoria pedagógica e em sua metodologia a abordagem Crítico-Superadora, definindo assim sua base teórica de acordo com os objetivos adiante, conforme apresentado na Minuta do Projeto de Tese: **O trato com o conhecimento no Eixo Trabalho Científico no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física de Caráter Ampliado da FACED/UFBA** por Morshbacher (2013 pág. 5):

- A formação dos professores de Educação Física deve ocorrer em um curso único e;
- Pautar-se na perspectiva da formação omnilateral, tendo como horizonte histórico a superação do modo de produção capitalista;
- O trato com o conhecimento deve realizar-se a partir de ciclos e sistemas de complexos e tendo o trabalho (concreto) como princípio educativo, tendo como pilares a consistente base teórica, a formação política, a consciência de classe e a compreensão da importância da organização revolucionária;

- O acesso ao conhecimento historicamente produzido e elaborado pela humanidade e aos meios de produção deste conhecimento, tendo na ciência a forma mais avançada para a constatação, sistematização, análise, síntese, explicação e intervenção no real;
- A história como matriz científica, assegurada quanto da colocação da pergunta sobre como o homem se torna humano e como se dá o conhecimento;
- A práxis como o eixo articulador do currículo;
- A cultura corporal como objeto da Educação Física;
- O trabalho pedagógico como o elemento que confere identidade a todos os professores de Educação Física nos campos de trabalho escolares e extraescolares.

Ela se torna interessante por sua elaboração em dar condições abrangentes a uma formação humana de maneira ampla, com o objetivo de formação a um “novo homem”, baseada numa formação que possui estrutura através da perspectiva da omnilateralidade. “A omnilateralidade, de acordo com a pedagogia crítica, corresponde ao mais elevado desenvolvimento das múltiplas capacidades e potencialidades humanas, a formação dos “indivíduos totais” [...] (MORSHBACHER, 2013)”.As características citadas sobre base teórica do currículo ampliado da Minuta apresentada na FACED/UFBA possuem concordâncias com o texto da ANFOPE, citado por Rodrigues (2011), denominado **“Políticas de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação no Contexto dos anos 2000”**e também aponta um projeto de formação às características de uma formação completa do profissional, que independem da área de atuação.

“Para isto a proposta da licenciatura ampliada foi sistematizada tendo como uma das referenciais as diretrizes curriculares defendidas pela ANFOPE:

- A formação para o humano, forma de manifestação da educação omnilateral;
- A docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho docente;
- O trabalho pedagógico como foco formativo;
- A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, nos conteúdos específicos a serem ensinados pela educação básica e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- A ampla formação cultural;
- A criação de experiências curriculares que permitam o contato dos estudantes com a realidade da educação básica, desde o início do curso;
- A incorporação da pesquisa como princípio de formação;
- A vivência de gestão democrática;
- O desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- A reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho.” (ANFOPE, 2010, p. 18-19 *apud* RODRIGUES, 2011 pág. 5).

Respectivamente, a UFSM apresentou sua proposta de reestruturação curricular, onde apresenta em seus objetivos (UFSM, 2010 pag. 12) semelhança com as propostas anteriormente citadas, possibilitando uma formação integral dos professores a atuar nas

diversas áreas de intervenção deste profissional, ou seja, na área formal e na não formal e que pretende a superação do modelo atual de formação:

- Possibilitar a análise, interpretação e compreensão da realidade social complexa e contraditória tendo em vista a sua transformação;
- Possibilitar o entendimento da Educação Física enquanto área de conhecimento que trata das diferentes manifestações da cultura corporal;
- Proporcionar a relação entre teoria e prática no âmbito da Educação Física escolar e não escolar,
- Proporcionar a articulação de um campo interdisciplinar de conhecimentos oriundos a partir das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia em torno de fenômenos concretos da prática pedagógica em Educação Física;
- Possibilitar a compreensão das bases teórico-metodológicas para o desenvolvimento da educação e da educação física comprometidas com a função social da universidade;
- Possibilitar a formação de professores que se constituam enquanto organizadores da cultura brasileira em geral e da cultura corporal em específico;
- Proporcionar a partir dos conhecimentos científicos a construção de políticas públicas de educação física, esporte e lazer de caráter emancipatório.

É perceptível que nestas propostas o objetivo se torna centrado em um único ponto, àquele de fazer com o que a graduação em Educação Física, seja considerado um ponto básico e inicial, propondo uma formação ampla que possa ter meios e condições de subsidiar ou oferecer o conhecimento básico da área, possuindo o seu aspecto primordial através de práticas educacionais, possuindo a roupagem da Licenciatura, dando espaço para que se oportunize a continuidade do processo de formação do egresso do curso, o caráter da Formação Continuada.

Somado àquelas instituições que aplicaram ou estudam a possibilidade de ampliar o currículo, trago este debate às mediações da UEPB, já que esta atualmente encontra-se – referindo-se ao capítulo 2 da análise do PPC do curso – características de sua estrutura curricular que atendem alguns pontos e que deixam outros a desejar diante dos estudos propostos do cenário acadêmico nacional, que defendem a ampliação do currículo, valendo ressaltar que este possui pontos semelhantes diante das propostas citadas aqui neste capítulo, dos quais possui uma formação generalista que abarca conhecimentos advindos das duas modalidades que são apresentadas atualmente, da Licenciatura e Bacharelado, delineando ao máximo em obedecer as DCN's (CNE/CES nº 07/2004 e CNE/CP nº 02/2015) a respeito das competências dos profissionais preparados e formados em ambos os cursos, possuem também grande semelhanças sobre os conteúdos adquiridos e oferecidos na fase de formação.

Contudo, vale salientar que divergem da forma de como este conhecimento, os conteúdos são tratados, fato citado no capítulo 2 deste trabalho, onde os pilares que sustentam o PPC do curso, sobre a formação ampliada, formação específica se tornam, evidentemente, distintos e conseqüentemente desiguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto na pesquisa, podemos destacar pontos relevantes dentro dos objetivos pretendidos conforme a análise feita do PPC do curso de Educação Física da UEPB, dos quais serão destacados a seguir.

O corpo docente possui variadas competências e titulações, dos quais, em sua grande maioria são de mestres e doutores licenciados. Apesar de existirem cargos e de determinadas competências serem exigidas para a gerência do departamento onde se organizam e planejam as atividades da comunidade acadêmica, não foi motivo de análise de esta pesquisa quantificar ou fazer menção sobre, mas que causa suspeita em uma especificidade na sua relação com as atividades propostas no DEF e a formação continuada quase que inexistente, já que a qualidade do corpo docente como também a meta de produção científica, corrobora para que o departamento possa crescer e oferecer linhas de pesquisa e estudo na área de *lato sensu* e *stricto sensu*.

A infraestrutura e dependências do DEF como mostram as tabelas 3, 3.1 e 3.2, conseguem ainda suportar os níveis de atividade que são propostos nos programas de ensino-extensão que estão sendo desenvolvidos, mas com desafios. Contudo, na atualidade se torna insuficiente já que o DEF anda estudando, no decorrer desta pesquisa, a possibilidade de introduzir o curso de Bacharelado em Educação Física, e que este processo ainda tramita nas instâncias de ensino superior da UEPB.

No processo de planejamento e organização do PPC, mostram a preocupação de se preparar e formar professores com capacidade de suas competências na atuação em diferentes campos de trabalho. Apesar das ideias e argumentações lógicas serem favoráveis à existência deste tipo de profissional, a construção de uma crítica se faz necessária.

Em seu processo histórico o curso de Educação Física, veio se adaptando diante das várias necessidades que em momentos distintos, eram solicitados àqueles recém-profissionais que ingressaram no mercado de trabalho, e esta tendência (*o fitness*), ganha destaque diante das precariedades do espaço formal de atuação, acarretando numa migração destes profissionais a buscar novas oportunidades. Esta foi e é, uma realidade vivenciada na UEPB, que até então foram introduzidos elementos em sua conformação curricular que garante aos estudantes terem uma formação que abarca as diversas áreas de atuação abrangendo à licenciatura e ao bacharelado, uma formação generalista.

Pôde ser evidenciado que o atual curso da maneira como está organizado, que mesmo possuindo uma formação generalista, necessita de uma reformulação nos seus eixos de

formação dos professores mesmo possibilitando uma formação que este – o curso – dê conta das diversas áreas de atuação. As características que o Departamento apresenta sobre sua história, se torna relevante à medida que buscam formas de adaptar e organizar o seu currículo no êxito de proporcionar uma formação generalista, conforme as necessidades que se tornaram evidentes em cada momento histórico citado no próprio documento desencadeando novas maneiras teórico-práticas sobre a sua formação específica, que trata das dimensões culturais do movimento humano, a formação tecnicista e instrumentalista e o trato com o eixo didático-pedagógico.

A Educação Física é apenas o estudo do movimento e de sua reprodução, ou se aprofunda no entendimento deste, entendendo-o como matéria presente num espaço que se manifesta e interage consigo, com o mundo e com os outros, de várias formas diferentes? E como, este entendimento sendo tão elementar, se deixa ser absorvido apenas no campo técnico, com a reprodução deste movimento, sem ao menos introduzir o questionamento do porquê de executá-lo? Não seria este um fator limitante? E como seria este processo de transmissão e entendimento do conhecimento, sendo os outros pontos citados anteriormente, restritos? Será que os egressos do curso de Educação Física da UEPB, possuem este entendimento? Dificilmente, se não for abordado no processo de formação. Eles não estarão aguçados o suficiente para saber interpretar as situações e problemáticas da realidade.

Talvez a obtenção de uma resposta–solução se resume nas mudanças destes conceitos buscando a realidade deste processo da manifestação cultural do corpo, da busca em entender o sentido das suas várias expressões e de como se articula a assimilação destes saberes. Com isso a proposta do debate sobre a formação e tipo de profissional formado (egresso), vem surgindo recentemente diante das condições atuais que envolvem todos que fazem parte da área da Educação Física, se faz necessário buscar junto ao percurso histórico, o entendimento adequado de como gerir esta situação, estabelecendo critérios e posicionamentos a fim de se chegar a uma solução, da qual se apresenta a Licenciatura de caráter ampliado, recentemente elaborado, que traçam novas ideias ao perfil da Educação Física e de seus profissionais, e quem sabe talvez, através das novas e possíveis medidas que serão tomadas pelo CNE a partir da minuta de Resolução que está em análise para a aprovação.

Esta nova Resolução, CNE/CES nº 02/2015, trará consigo a extinção dos cursos de Bacharelado em Educação Física, formalizando um único curso, semelhante ao perfil tratado da UEPB, no intuito de resolver os empasses travados dentro área sobre o perfil do professor de Educação Física e seu objeto de estudo tratado nas modalidades existentes do curso. A única ação será ficar nos bastidores a espera deste desfecho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio F. **Entre o Nacional e o Neonacional-Desenvolvimentismo: Poder político e classes sociais no Brasil Contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n112, p 689-710, out./dez. 2012;

ANTUNES, Alfredo Cesar. **Influência da Resolução 03/87 para o atual processo de preparação profissional em Educação Física**. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 138 - Noviembre de 2009;

AUTORES, Coletivo. **Metodologia do ensino de Educação Física**. 1ª ed. Cortez: São Paulo, 1992;

BRASIL, Decreto Lei nº 7.247 de 19 de Abril de 1879. **Dispõe sobre a Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império**. Palácio do Rio de Janeiro em 19 de Abril de 1879;

_____, Lei nº 9696, de 1º de setembro de 1998. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos regionais de Educação Física**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1998b.

_____, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Março de 2004**;

_____, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, **Parecer CNE/CP nº 58, de 18 de Fevereiro de 2004b**;

_____, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, **Parecer CNE/CP nº 400, de 24 de Novembro de 2005**;

_____, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, **Parecer CNE/CP nº 255, de 6 de Junho de 2012**;

_____, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, **Resolução CNE/CES nº 2, de 1 de Julho de 2015**;

CONFED. **Parecer CONFED nº 94/2005**. D.O.U. nº 76, Seção 1 pág. 151, 22 de abril de 2005;

DIAS JUNIOR, Élson Moura. **MNCR: 10 anos de luta pela regulamentação do trabalho** / Élson Moura Dias Junior, Thiago Firmino de Lima – Feira de Santana: UEFS Editora, 2011

FERNANDES, R. C. **As concepções Metodológicas da Educação Física/Ginástica: Uma visão Histórica**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 16, Nº 160, Septiembre de 2011;

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MEEF, Movimento Estudantil de Educação Física. **Carta Aberta à Sociedade**. Ano de 2005;

MORSHBACHER, M.O **Trato com o Conhecimento No Eixo Trabalho Científico no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física de Caráter Ampliado da FACED/UEBA.** I Seminário do Eixo Trabalho Científico – 07 de maio de 2013;

NOZAKI, H. T. O Mundo do Trabalho e o Reordenamento da Educação Física Brasileira. Revista da Educação Física/UEM 10(1): 3-12, 1999;

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Utopias Desenvolvimentistas e Política Social no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012;

RODRIGUES, R. C. F. A Licenciatura Ampliada nos Cursos de Formação de Educação Física: Limites e Avanços. Ciência e Compromisso Social. XVII COMBRACE e IV CONICE, Setembro de 2011;

SILVA, P. T. N. Globalização: a nova cultura do trabalho e seus impactos na Educação Física. Motrivivência, Florianópolis, 9(10): 121-141, 1997;

SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. *Revista Paulista de Educação Física.* São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996;

TAFFAREL, C. Z. A Formação de Professores de Educação Física e a Licenciatura Ampliada. XVII Semana de Educação Física/UFMS. IV Jornada de Iniciação Científica do Curso de Educação Física/UFMS, Junho de 2012.

UEPB. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Plena da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande - PB, Publicada no D.O.E. em 27 de Fevereiro de 2007.

UEPB. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015. Regimento de Graduação da UEPB. Campina Grande/PB, 27 de Abril de 2015.

UFMS. Proposta de Reestruturação Curricular para os Cursos de Educação Física CEFD/UFMS – Licenciatura Plena de Caráter Ampliado. Santa Maria, Novembro de 2010.

ANEXOS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004. (*) ()**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação
em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 58/2004, de 18 de fevereiro de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 18 de março de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física definem os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física, estabelecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, no desenvolvimento e na avaliação do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

§ 2º O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo

(*) CNE. Resolução CNE/CES 7/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de abril de 2004, Seção 1, p. 18.

(**) Alterada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007. como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução.

Art. 5º A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios:

- a) autonomia institucional;
- b) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) graduação como formação inicial;
- d) formação continuada;
- e) ética pessoal e profissional;
- f) ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) indissociabilidade teoria-prática;
- j) articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Art. 6º As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

§ 1º A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação

cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

§ 2º As Instituições de Ensino Superior poderão incorporar outras competências e habilidades que se mostrem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos.

§ 3º A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

§ 1º A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano-sociedade
- b) Biológica do corpo humano
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico

§ 2º A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano
- b) Técnico-instrumental
- c) Didático-pedagógico

§ 3º A critério da Instituição de Ensino Superior, o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão.

§ 4º As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física.

Art. 8º Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

Art. 9º O tempo mínimo para integralização do curso de graduação em Educação Física será definido em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

§ 1º A *prática como componente curricular* deverá ser contemplada no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, desde o início do curso.

§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. - o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º, § 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos.

§ 4º A carga horária para o desenvolvimento das experiências aludidas no caput deste Artigo será definida em Resolução específica do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Para a integralização da formação do graduado em Educação Física poderá ser exigida, pela instituição, a elaboração de um trabalho de do curso, sob a orientação acadêmica de professor qualificado.

Art. 12. Na organização do curso de graduação em Educação Física deverá ser indicada à modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13. A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

§ 1º A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

§ 2º As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 14. A duração do curso de graduação em Educação Física será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior em exercício

LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

D.O.U. - QUARTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física - FBAPEF, no prazo de até 90 (noventa) dias após a promulgação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília 1º de setembro de 1998; 177º da independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

CARTA ABERTA À SOCIEDADE

Organização é uma palavra extremamente importante para que os seres humanos possam viver harmoniosamente, de forma coletiva. Por conta disso, em diversos momentos da história, houve algum modo de pessoas organizarem-se objetivando causas comuns.

Exemplos dessa constatação estão presentes entre a classe trabalhadora e também entre os estudantes. Neste segundo caso, percebemos, ao longo das últimas décadas em nosso país, surgirem e se fortalecerem entidades representativas deste segmento, cuja direção possui como papel representar e defender os interesses e direitos de sua base.

Nas áreas específicas, isto não ocorre de maneira diferenciada. No nosso caso, o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) organiza-se através da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF) e de Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs) nas respectivas escolas, cujos representantes são eleitos pelo próprio corpo discente.

Infelizmente, com a promulgação da lei 9696/98, que regulamenta a profissão de Educação Física e o advento do sistema CONFEF/CREFs, de forma traiçoeira e ilegal, este vem tentando difundir-se extorquindo trabalhadores de forma opressiva, interferindo nas diretrizes curriculares de nossa área, além de impregnar-se, no momento, aliciando alguns estudantes. Este aliciamento vem sendo demonstrado com a criação dos CREFINHOS, que, conforme eles propagam, são “os filhos do CREF” e levam as idéias e a política deste Conselho para os estudantes. Além disso, seguindo a mesma via anti-democrática e oportunista através da qual foi criado o CONFEF, ao influenciar cerca de 40 estudantes de única e exclusivamente 3 estados de nosso país, o sistema CONFEF/CREFs pari a Confederação dos Estudantes de Educação Física do Brasil (CEEf-Br) neste ano de 2005.

A ExNEEF, que realizou neste ano corrente o seu XXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEf), reunindo aproximadamente 1000 estudantes de Educação Física, de ___ escolas e ___ estados de nosso país, por meio desta carta, reforça perante a sociedade o seu papel como entidade representativa desses estudantes, deslegitimando, desta forma, quaisquer tentativas do sistema CONFEF/CREFs – como os CREFINHOS e a CEEf-Br – de penetrar-se no Movimento Estudantil de Educação Física.

Os CREFINHOS e a CEEf-Br **não representam e não falam em nome dos estudantes**, funcionando apenas como transmissores da política retrógrada e opressora utilizada pelo sistema CONFEF/CREFs. A **legitimidade da representação estudantil de Educação Física** em quaisquer espaços em nossa sociedade cabe à **EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA** que, desde 1992, organiza-se dessa forma e, há 26 anos, organiza os Encontros Nacionais.

FORA SISTEMA CONFEF/CREFs !!!

Pela revogação da Lei 9696/98 !!!

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Outubro, 2005

II Boletim Eletrônico da Campanha Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF), entidade representativa dos estudantes de Educação Física a nível nacional, através do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) apresenta o II Boletim da Campanha pela formação unificada.

Essa é uma das principais lutas construída pelos estudantes de Educação Física do Brasil inteiro. Após aprovação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (resolução 07/04 CNE/CES) e com a intervenção do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF/CREF) uma grande confusão se instaurou na área, através de inverdades contadas por esse Conselho. Essas diretrizes são orientações para as Instituições de Ensino Superior construírem seus currículos com a devida autonomia universitária (art. 207 Constituição Federal), e dizem respeito a área específica da Educação Física.

Uma das grandes mentiras é quanto a área de atuação. A diferença entre licenciatura e bacharelado é clara, a licenciatura pode atuar em todas as áreas da Educação Física, contanto que a formação do licenciado respeite a resolução para as licenciaturas 01/2002 CNE/CP e a resolução específica da área de graduação, no nosso caso a 07/2004 CNE/CES. O grande problema é que o CONFEF/CREF quer ingerir na atuação do bacharelado, já que por lei o mesmo não pode por suas mãos na escola e cria essa grande inverdade de que o licenciado só pode atuar na escola. Isso é mentira!

Tratam nossa formação como mera mercadoria, mera forma de arrecadar dinheiro. Nós do MEEF não aceitamos isso e em 2009 lançamos no XXX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF) a campanha nacional pela formação unificada e pela revogação imediata das atuais diretrizes curriculares. Lutamos por uma formação ampliada para que todos tenham acesso aos conhecimentos da Educação Física e possam optar por qual área seguir e se especializar após formado, desenvolvendo amplamente suas possibilidades e criando condições de intervir pedagogicamente com uma sólida base teórica-prática tanto na escola, como na academia, no SUS, no clube, nos movimentos sociais.

Esse boletim tem o intuito de mostrar como a campanha vem sendo tocada nas diferentes regiões do País. Quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e fazer um balanço de toda a movimentação, erros, acertos e como avançar para conquistar a formação unificada em Educação Física no Brasil todo.

Boa leitura a tod@s!

R1 (São Paulo)

Dentre as escolas da Regional 1 apenas duas fizeram o lançamento da Campanha: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP). Esse lançamento foi feito em datas próximas nessas escolas, no final do semestre passado. Mesmo sendo feito o lançamento da Campanha houve dificuldades para dar continuidade ao trabalho em ambas escolas.

A fragmentação dos cursos no Estado de São Paulo se encontra em estágio avançado, com seis cursos diferentes que tratam da mesma área de conhecimento: temos cursos de Licenciatura em Educação Física, Ciência da Atividade Física (USP - São Paulo), Ciências do Esporte (Universidade de Campinas - Limeira), Esporte (USP-Capital), cursos com habilitação na Saúde (Universidade Federal de São Paulo - Santos) ou habilitação em Esporte (Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto). Além da consolidação do curso de Bacharelado na maioria das universidades públicas/particulares do Estado. Os cursos de Bacharelado no Estado de São Paulo são anteriores à aprovação das Diretrizes Curriculares em 2004, o que dificulta a relação entre divisão dos cursos e aprovação das Diretrizes.

Diante dessa conjuntura a Campanha "Formação Unificada" coloca a luta distante da realidade desses estudantes, sendo uma campanha que não impulsiona mobilização do movimento contra a aprovação da Diretrizes Curriculares no Estado de São Paulo. O fato de não ter sido uma ferramenta para aglutinar estudantes no Estado de São Paulo, certamente é muito mais complexo que o exposto acima e deve ser avaliado em conjunto pelo movimento, visto que é uma campanha nacional.

No último Encontro Regional de Estudantes de Educação Física as escolas presentes no Conselho Regional de Entidades apresentavam dificuldades quanto compreensão sobre a bandeira Diretrizes Curriculares. Isso decorre também do fato da maioria dos estudantes presentes terem o primeiro contato com o Movimento Estudantil de Educação Física recentemente.

Tocar a Campanha no Estado de São Paulo sem o entendimento do que são Diretrizes Curriculares, sobre a Lei 07/2004, e muito menos sobre a proposta da Licenciatura Ampliada, não faz sentido, uma vez que seria um cumprimento mecânico da tarefa, que em nada auxilia no processo da militância.

R2 (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Desde o início do semestre foram distribuídas cartilhas na Calourada, passagens em sala com as cartilhas, colocado como ponto de pauta freqüentemente em reunião do CA. Nos pré-EREFFs realizaram algumas atividades como o 1º de abril, uma mesa para discutir currículo na qual teve cerca de 200 participantes. O EREFF da R2 foi um espaço muito qualitativo e que avançou e consolidou a campanha da ExNEEF na UFRJ. Na volta do EREFF, os estudantes chamaram uma assembléia, nessa assembléia decidiu-se por ocupar a direção da EEFD e solicitaram a presença da reitoria para atendimento imediato da pauta de reivindicações dos estudantes, entre estas pautas estava a unificação dos cursos de EF. A reitoria da UFRJ veio até a ocupação para negociar conjuntamente com a Direção e sobre a reivindicação da unificação exigiram uma comissão paritária para a discussão do currículo que foi atendida pela direção da escola que se comprometeu em aprovar em congregação. A comissão já foi criada e possui quatro membros de cada categoria, foi realizada a primeira reunião da comissão onde foi discutido metodologia dos debates, a próxima reunião já está marcada e começaremos a discutir Projeto Político Pedagógico.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aqui no Espírito Santo, mais precisamente na UFES, fizemos palestras nas semanas de recepção de calouros sobre a Licenciatura Ampliada. Julgamos que não cabia o plebiscito no momento, pois tal debate ainda é inicial aqui e muitos não estão esclarecidos para votar.

A aproximação do DAEF 26 de junho com a campanha se deu no ENEEF que ocorreu no Ceará em 2010. Esse ENEEF é avaliado pelo nosso diretório como um divisor de águas para os rumos do Movimento estudantil do CEFD/UFES. A partir dele que o DA viu a necessidade de melhorar a formação política e também de discutir o Currículo com os alunos do CEFD. Com a identificação pela campanha da Executiva, o DA convidou para sua recepção de calouros o aluno da UERJ e coordenador da ExNEEF para apresentar a licenciatura ampliada aos calouros e demais alunos. Em setembro de 2010 foi realizada a Semana Acadêmica de Educação Física (SAEF) onde foi abordado o tema "Mercado ou Educação: a quem serve a Educação Física" e discutido com alunos, além da temática da SAEF, temas como, regulamentação, campanha educação física é uma só, universidade e projetos sociais. Estão no início dessa discussão ainda na UFES porém o diretório vem

animado em construir junto da Executiva, com isso puxou alguns eventos para organização dentro da universidade (EREEF e Planejamento da ExNEEF) com o intuito de atrair mais estudantes para o movimento.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O Diretório Acadêmico “Carlos Campos Sobrinhos” entraram em contato com a campanha “Educação Física é uma só: Licenciatura Ampliada Já” no último ENEEF em Fortaleza. Desde o princípio identificaram com a campanha, pois a proposta sintetiza bem um dos seus maiores problemas que é a questão curricular. Com a posse de 50 cartilhas procuraram distribuir para os demais membros do diretório e fizeram uma reunião com os representantes de sala explicando os pontos principais da proposta. No dia 15 de Outubro junto com a campanha do dia do professor aproveitaram a oportunidade para fazer repasse em sala de aula, colar cartazes, mandar e-mails e distribuir panfletos sobre a campanha. Em novembro começaram um grupo de estudos sobre o currículo, com a ideia de chegarem a proposta da Licenciatura Ampliada. Com a aprovação (sem discussão) da modalidade de Licenciatura à distância puderam colocar nas reuniões de departamento, conselho e congregação a nossa ideia de reforma curricular, mas devido ao total descaso e desinteresse dos professores com a graduação e falta de participação dos estudantes nas questões políticas da faculdade perderam força. Em 2011 conseguiram um ônibus para o EREEF e tem a pretensão de ampliar a participação e dar continuidade ao grupo de estudos. A inclusão na lista de coordenadores e na Lista MEEF foi fundamental, mas acreditam que é necessário um canal mais efetivo que permita a troca de informações entre as escolas sobre a campanha.

R3

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Iniciaram a campanha em 2009, a partir do 4º seminário interativo de diretrizes curriculares, fizeram várias atividades, como recepções de calouros com a pauta calourada temática, articulada com outros cursos que discutem formação (como a história e a comunicação social), grupo de estudos, plenárias estudantis, mesa de debate com o CONFEF/CREF além dos próprios espaços formativos dentro dos pré-ereef's, pré-eneef's.

Em 2010 foi o ano em que mais fomentaram a campanha já que o EREEF aconteceu em Sergipe, e teve como eixo universidade e licenciatura ampliada tiveram a oportunidade de distribuir amplamente os materiais produzidos pela ExNEEF no final de 2010 alguns professores se reuniram e decidiram realizar um ciclo de debates sobre o currículo, esse ciclo seria composto por 4 encontros, semestrais com a possibilidade de ser trimestrais a finalidade era somente discutir a reformulação do atual currículo, nada com relação a unificação. Aconteceu primeiro encontro, e o Centro Acadêmico de Educação Física (CAEF) pautaram o debate da campanha (não foram convidados para a mesa, fizeram intervenções na mesa). Misteriosamente o ciclo de debates foi encerrado, estão tentando realizar o II Encontro e que dessa vez a ExNEEF seja convidada a mesa, mas avaliam que isso será muito difícil.

Nesse ano tocaram a campanha a partir da semana dos calouros, através dos pré-ereef's e com a realização do plebiscito nas plenárias estudantis pautaram a questão da precarização da formação já que enfrentam 3 anos de atraso em obras e muitas disciplinas foram ofertadas e tiveram que ser encerradas.

Foi encaminhado em Plenária Estudantil a realização do plebiscito e de um ato público pautando o atraso nas obras do departamento e a unificação do curso, cumpriram as

deliberações e tiveram uma repercussão muito grande, sendo rodado nos principais telejornais do estado.

Tem poucos professores a favor da unificação, muitos professores conservadores que não apoiam e muitos professores em estágio probatório que acabam não se posicionando.

O próximo passo é fazer agitação e propaganda, para divulgar a campanha e atingir mais os estudantes. E fazer com que façam uma avaliação do curso, já que muitos professores posicionam-se contrários a essa avaliação.

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

No início do ano fizeram a recepção unificada dos calouros com os cursos da área da saúde como objetivo de integrar os cursos. Iniciaram um debate sobre licenciatura ampliada durante a semana de recepção.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Estão num período de efervescências com relação a discussão de se ter a necessidade ou não de abertura de um curso de Bacharelado. Essa proposta surgiu através de um professor ligado ao CONFEF/CREF.

A discussão foi feita em reunião de Departamento há um mês atrás, quando o mesmo tenta passar a proposta do curso de Bacharelado sem nenhuma discussão com os professores e muito menos com os estudantes do curso, e vale ressaltar o fato do oportunismo desse mesmo professor discursar em suas aulas, e somente dentro delas, a questão da ilegalidade do nosso curso, visto que por ocupar a posição de conselheiro do CREF, se utiliza dos argumentos de embasamento legal para iludir em sua justificativa e atrai no discurso da deficiência no curso de Licenciatura com relação a saúde.

Os estudantes formaram um coletivo por fora do D.A, juntamente com a atual Gestão, com o propósito de informar e esclarecer algumas dessas questões com relação ao que está sendo levantado por dentro e por fora das instâncias. Aconteceram duas Assembléias, em que na última, forma-se um Grupo de Trabalho responsável por estudar e levantar alguns materiais como os que dizem respeito as Atuais DCN, algumas resoluções, cartilhas da EXNEEF, repasses das escolas que já passaram e ainda passam pelo processo de divisão do curso. Dissertações já produzidas sobre a mesma temática, projeto de Licenciatura Ampliada já concluído de Santa Maria, o currículo da UFBA já implementado e a proposta do curso de Bacharelado copiada.

Infelizmente não conseguiram tocar o plebiscito, pois estavam em greve, mas certamente é uma tarefa que irão tocar depois para comprovar que os estudantes da UFBA querem a implementação da Licenciatura Ampliada, que já devia ter sido implementada no ano de 2010.

Força aos companheiros dessa Universidade que resistem a forças conservadoras que querem fragmentar o conhecimento da Educação Física, essa escola demonstra há muitos anos a possibilidade de ter um curso único e não deixaremos que mais uma vez o CONFEF/CREF influencie a divisão curricular para por as suas mãos sujas nos trabalhadores da área não-escolar.

R4

A realidade da regional 4 é catastrófica. Não existe interação das escolas que fazem parte da Executiva, a comunicação também tem muita deficiência. As escolas têm dificuldade em respeito à aplicação da campanha, pois cada uma se encontra numa determinada situação que resulta certa independência de cada uma para estar tocando as tarefas da ExNEEF, nesse caso especificamente, a campanha de Licenciatura Ampliada.

Universidade Estadual do Pará (UEPA)

O CA passa por um período de afastamento e desligamento de alguns militantes que apontaram para uma reestruturação que ocupou bastante o tempo de tocar a campanha, pois precisava de “braços” para isso. Assim, estamos explanando aos poucos sobre a campanha para os colegas do próprio CA e cada vez mais com os demais acadêmicos, até porque o CREF está querendo se estabelecer por aqui e anda fazendo algumas “visitinhas”. Mas pretendemos expandir a campanha o quanto podermos e tentar juntar um grande número para a campanha.

UFPA: Repassaram-me que não estavam tocando a campanha porque estavam em eleições para o CA. Porém, agora estão fazendo alguns pré-ENEFFs de formação que discutem várias bandeiras de luta e demais pontos tocados pelo MEEF.

UFMA: A situação é muito complicada! Logo depois do ENEEF – CE, a estrutura dos membros da Executiva mudou em relação ao curso: começou com a perda da chapa deles para o CA, depois alguns se afastaram para realização do TCC, outros se “bandiaram” para a chapa vencedora do CA (esclarecendo que a chapa que ganhou é de direita e não toca as atividades da ExNEEF) e assim deixaram de lado as tarefas, o resto teve problemas pessoais que acarretaram em desligamento da universidade. Desfez-se a atuação organizada da ExNEEF POR LÁ!

R5

Participaram do plebiscito apenas três escolas de Goiânia, a Faculdade de Educação Física da UFG, ESEFFEGO/UEG, e PUC. Não conseguimos devido à falta de articulação entrar em contato com os demais estados nem com as escolas no interior. Decidimos garantir com as escolas mais articuladas, que era o que víamos como possível.

Devido à atmosfera criada pelo processo no Ministério Público, ficou fácil mobilizar os alunos e a justificar a participação de todos no processo de votação. Em Assembleia Geral convocada pelos CA's (Na UEG dia 19, e na UFG com a participação do CA da PUC, no dia 20 de Abril de 2011) discutimos a seguinte pauta: 1) Análise histórica e da atual conjuntura do processo de regulamentação e formação na área da Educação Física; 2) Estruturação do PLANO DE AÇÃO PELA FORMAÇÃO AMPLIADA, CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.

Foram tiradas as seguintes deliberações:

1. Nomear uma comissão para redigir um documento cobrando um posicionamento claro da direção, coordenação e professores a cerca da atual proposta de formação e a construção de uma nova proposta de formação ampliada e de qualidade. *(em anexo no final do texto)*

2. Bancar nas três instituições mais articuladas (UEG, UFG, PUC) o Plebiscito Nacional pela formação Unificada Já! A ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de Abril do referido ano em todas as IES em Educação Física do Brasil.

3. Realizar uma Manifestação Pública em frente ao Ministério Público para garantir a legitimidade da causa pela legalização atuação do licenciado na área não formal, e pela Formação Ampliada.

4. Entregar o documento pela Formação Ampliada, contendo o resultado do Plebiscito (se possível a nível nacional) e solicitar uma audiência Pública no MP Federal.

COMISSÃO PARA REDIGIR O DOCUMENTO

Kátia Vanessa 1º período

Elcio Junior 1º período
Ugo Silva 1º período
Lucas Raphael 3º período
Fagner Medeiros 3º período
Moises 5º período
Weberson CAEF
Sara Borba 3º período
JehnnnyKellen 7º período
Paula Falcão CAEF

Da execução das deliberações:

A comissão redigiu o documento e entregou a Direção da Faculdade na UFG. Em reunião com o coletivo que estava à frente do processo com o MP, a solicitação feita à direção da FEF foi repassada as demais instituições de ensino, ao CBCE, e ao MNCR de Goiás, e ao CA da PUC que não nos transmitia confiança visto suas atividades junto ao CREF, e a participação de membros do CA no CREF Acadêmico. A iniciativa teve a intenção de consolidar um grupo forte e homogêneo, visto que a luta não se mostrava fácil e que precisávamos saber de fato com quem podíamos contar.

A resposta só não veio do MNCR e continuamos o processo sem a presença efetiva deste segmento.

Bancamos o Plebiscito nas três escolas e contamos com boa participação dos estudantes. Percebemos também que a movimentação dos estudantes para a votação e que antecedeu a Manifestação Pública, intensificou e incentivou os estudantes e até os professores.

No fim do período de eleição que se estendeu do dia 26 de abril até o dia 02 de maio do referido ano obtivemos os seguintes resultados:

- UFG: 249 SIM 08 NÃO 00 Brancos ou nulos
- PUC: 303 SIM 02 NÃO 00 Brancos ou nulos
- UEG: 208 SIM 04 NÃO 00 Brancos ou nulos

As reuniões com a coletivo responsável pelo processo doMP, continuou seus encontros para reavaliar a situação, visto que o CREF tinha ganho uma chance de resposta na justiça e alegou não ser legítimo esse coletivo que se organizava por não representar a instituição que dele faziam parte. Avaliamos como necessário organizar os grupos e irmos às ruas para mostrar nossa legitimidade.

Cada seguimento (IES, CBCE, MEEF) ficou responsável por mobilizar seus representantes, e no dia 18 de maio, fomos às ruas e fizemos a manifestação até a porta da procuradoria federal, lugar onde estava o processo em andamento. Estavam presentes em torno de 300 pessoas entre professores e estudantes das instituições. Distribuímos para a população um panfleto explicativo que chamamos de **Carta aberta à sociedade brasileira: pelo direito ao trabalho do Professor Licenciado em Educação Física.**(em anexo no final do texto).

Entraram para apresentar os documentos elaborados, um representante de cada seguimento (dos estudantes, entrou um de cada CA), e fomos discutir a situação com o Procurador responsável pelo processo. Este nos recebeu muito bem e prometeu agilidade na resposta.

Ao sairmos do prédio, pra nossa surpresa, a maioria dos estudantes continuava a espera da resposta embalados em uma grande roda de capoeira puxada por um professor da UFG, não qual participavam também os demais professores.

Fizemos o repasse e deixamos clara a necessidade de nos mantermos organizados visto a possibilidade do processo compor instâncias maiores a nível nacional.

Recebemos a resposta do Ministério Público no dia 24 de Maio, por um e mail, como a decisão da justiça federal. (ver anexo).

A última notícia que temos é a de que o desembargador em Brasília negou o pedido de suspensão da liminar pedido pelo CREF no início do mês, e agora estamos nos reorganizando para delinear novas ações políticas.

Fizemos um EREEF cercado por todos esses acontecimento, e que acreditamos ter sido um dos motivos de termos um números de inscrições muito maior do que o esperado (com base na quantidade do EREEF do ano passado).

Por fim, avalio como positivo o saldo das atividades nesse período, mais sem esquecer dos problemas estruturais, políticos e ideológicos que apresentamos já de muito tempo. Levando em consideração ainda o momento histórico nada favorável aos movimentos de vanguarda.

CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA FEF/UFG

Gestão 2010/2011

Goiânia, 26 de abril de 2011.

À direção, coordenação, e corpo docente e administrativo da FEF/UFG;

A Educação Física Brasileira vem passando por momentos de grande tensão no que diz respeito a sua construção enquanto campo profissional e de conhecimento. Embates vêm sendo travados constantemente entre as entidades de representação da área na busca por um projeto de Educação Física intimamente ligado a defesa de um modelo de sociedade.

Para nós, estudantes de Educação Física, as intencionalidades por trás das instituições fiscalizadoras CREF/CONFED estão bem claras, uma vez que reconhecemos que os impasses colocados por estes órgãos denigrem o que consideramos uma formação de qualidade e imputam restrições as áreas de atuação profissional. Em contrapartida, contamos com os esforços das entidades científicas e sociais pautadas numa perspectiva contrária a de um sistema excludente e de caráter burguês e mercadológico.

Vivemos agora em um momento histórico singular desses embates, em que a organização de um grupo constituído por entidades sociais e científicas da Educação Física (CBCE – secretaria regional de Goiás, Exneef – Regional V, e a Faculdade de Educação Física da UFG, ESEFFEGO, Departamento de Educação Física e Desportos da PUC Goiás, e o MNCR), possibilitou a constituição de um cenário propício para a discussão das atuais Diretrizes Curriculares, diante da comprovação da ilegalidade da restrição do campo profissional a partir da modalidade de formação. Por avaliarmos estratégico este momento, consideramos de suma importância um pronunciamento e uma atitude de todos os envolvidos na formação em Educação Física em um debate franco acerca dos fatos.

A partir do exposto, o Centro Acadêmico de Educação Física, conjuntamente com os estudantes da FEF/UFG, em Assembleia Geral realizada no dia 20 de Abril de 2011, deliberaram a construção de uma proposta de ação contra a fragmentação imposta aos cursos de formação pelos Conselhos representativos da área.

Para tanto, solicitamos, por meio desta carta, o posicionamento da FEF/UFG frente a todo esse processo, dada à compreensão de que esta instituição historicamente contribuiu para a construção de uma formação crítica e emancipatória em Educação Física, e que, de fato, apresenta qualidade e embasamento para se afirmar enquanto marco na luta de contraposição a formação atual. Solicitamos um espaço público de discussão, acerca de uma

nova proposta de formação ampliada e de como vem se estruturando essa Instituição frente às ingerências e ilegalidades do referido Conselho.

Vale a ressalva do caráter de urgência deste espaço, já que acreditamos que este deva acontecer antes das eleições para direção, sendo de nosso interesse saber como se posicionam os possíveis candidatos à direção da Faculdade de Educação Física.

Por fim, pedimos a inclusão deste documento como pauta de discussão para o próximo Conselho Diretor.

Atenciosamente,

Estudantes do Curso de Educação Física FEF/UFG.

“Quem educa os educadores?”

Carta aberta à sociedade brasileira: pelo direito ao trabalho do Professor Licenciado em Educação Física

Os estudantes e professores de Educação Física protestam contra a atitude arbitrária e inconstitucional do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF e dos Conselhos Regionais de Educação Física – CREF – que tentam limitar apenas à escola ou à educação básica, a atuação dos professores Licenciados em Educação Física.

Entendemos que essa atitude, além do flagrante desrespeito à Constituição, é contrária aos interesses dos próprios professores de Educação Física e da sociedade brasileira.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 5º e artigo 22, respectivamente:

“Art. 5.º (...)

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer;”

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;”

Por isso, estamos pedindo o apoio da sociedade contra essa ação arbitrária de impedir o professor Licenciado em Educação Física de também trabalhar fora do âmbito da educação básica, como gostaria o sistema CONFEF-CREF.

Queremos de volta nosso direito ao trabalho, como indica a Constituição da República

R6 (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul)

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

O Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM vem desde o ano de 2006 discutindo em seus espaços organizativos junto ao conjunto dos estudantes do CEFD questões relacionadas à atual fragmentação entre Licenciatura e Bacharelado. Desde a época, munidos do acumulado histórico do MEEF em torno da temática de formação apontamos que a atual fragmentação não contempla as necessidades e possibilidades de formação e atuação dos estudantes.

No ano de 2009, após paralisarmos o CEFD por três dias em que discutimos amplamente os rumos da formação deliberamos em assembléia geral do centro, composta por estudantes, professores e funcionários que tínhamos uma unificação curricular baseada

na Licenciatura Ampliada e construída de forma paritária em uma comissão. A partir disso e da ocupação do Conselho de Centro que encaminhou a deliberação da plenária, encampamos a campanha Educação Física é uma só! Formação Unificada já! reivindicando a importância da unificação e da participação estudantil nessa construção.

Vivenciamos várias tentativas de golpe por parte dos setores conservadores da Educação Física no CEFD que tentavam deslegitimar a unificação e excluir os estudantes de todo o processo. Foi assim que ao perceberem as mobilizações referentes ao Plebiscito Nacional pela Formação Unificada, que visava legitimar ainda mais junto aos estudantes a proposta de Licenciatura Plena de Caráter Ampliado construída e encaminhada para aprovação, a direção do centro antecipou o conselho qual a decisão seria tomada. Foi uma clara tentativa de golpe devido à configuração antidemocrática do conselho, mas que devido a sua configuração favorável foi possível a aprovação da proposta da comissão, a fim de dar encaminhamentos à construção dos conteúdos, da disciplina e da grade curricular.

Como é prática do DACEFD ter suas lutas legitimadas na base estudantil nos utilizamos do plebiscito para expormos a unificação conquistada e ampliarmos a discussão sobre a atual proposta. Com a cooptação de muitos estudantes por parte de alguns professores, que fizeram com que os mesmos passassem a defender a fragmentação sem aportes teóricos e científicos, demonstrando a crise de identidade vivenciada na área o número de votos contrários a unificação foi de 67 em relação aos 151 favoráveis e 6 nulos. Apesar do número elevado de votos contrários pudemos perceber que a grande maioria consciente fortaleceu sua relação política com o DA que se manifesta na construção do XXXII ENEEF de Santa Maria.

Hoje, estamos caminhando rumo a construção das disciplinas e da estruturação da grade curricular, porém sabemos que um golpe vindo da direção do CEFD e dos setores conservadores da área está sendo arquitetado e é por isso que estamos acumulando forças junto ao ENEEF para barrarmos esta tentativa e implementarmos a Licenciatura Plena de Caráter Ampliado, baseada na proposta do MEEF como política de formação de professores para o CEFD. Somente com a organização estudantil, com nossa mobilização e disciplina venceremos, pois Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança desde 2004 coloca-se contrário a divisão curricular. A direção da Escola de Educação Física conjuntamente com a Comissão de Graduação (COMGRAD) da época dividiram o curso a partir de um entendimento errado de que era necessário criar um curso de bacharelado a partir das novas diretrizes curriculares que foram instauradas (resolução 07/2004). A partir de então iniciou-se um processo de discussão com toda a comunidade acadêmica, na semana acadêmica de 2007, 2009, 2010 e 2011 os estudantes colocam-se contrários a fragmentação da área, colocando em Assembléia geral que o DAEFi tocasse a luta pela formação unificada.

Em 2007 foram feitas algumas reuniões com a comunidade acadêmica, mas em 2009 a partir da V Semana Acadêmica o processo tomou maiores proporções. Após algumas reuniões com a COMGRAD e a direção, sentiu-se a necessidade de criar uma comissão de reestruturação curricular (CRC). Essa comissão foi responsável por organizar as atividades relativas a discussão da unificação do curso, e também foi quem recebeu as propostas enviadas por professores, alunos e técnicos administrativos. Após aprovarem por consenso e no Conselho da Unidade (órgão deliberativo máximo da Unidade), a unificação do curso.

A direção destituiu a CRC existente de forma autoritária, sem discussão com a comunidade e formou uma nova comissão, dita de especialistas, para construir o currículo desse novo curso. Foi feito um convite para os DAEFi para que um estudante participasse dessa construção, pediram para que a comissão fosse paritária, para que de fato conseguissem construir de forma democrática o novo currículo, pensado por todos os

setores, mas infelizmente a direção não aceitou, fez a proposta de mais um estudante, mas não concordaram com essa forma de construção e não iriam compor uma comissão para simplesmente legitimar o processo e não de fato ter peso para decidir sobre o currículo.

A partir disso começaram uma campanha pela paridade na construção do currículo, denunciaram a forma como o processo estava acontecendo e tomando proporções antidemocráticas, ao final, passou em COMGRAD e em CONSUNI o novo curso, não foi feita uma consulta a comunidade. No início do ano, somente os professores reuniram-se para pensar o currículo, os estudantes foram liberados e somente dois técnicos administrativos participaram.

Denunciaram esse processo e o golpe que tomaram da direção e de alguns professores da ESEF. O DAEFi e a ExNEEF repudiam essa prática que corrói a construção democrática da formação. Entendemos que os estudantes tem propriedade para pensar, formular e decidir sobre sua formação.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A partir do primeiro semestre de 2006, o curso de Educação Física da UFSC foi dividido em duas entradas distintas: o bacharelado e a licenciatura. Esta mudança ocorreu, segundo o prof. Osni, então diretor na época, visando adequar-se às novas diretrizes curriculares nacionais (DCN's), conforme resolução nº 7 de 2004 do Conselho Nacional de Educação. Na oportunidade o diretor garantiu que os alunos concluintes de um dos cursos teriam vaga garantida para retornar ao outro curso, para complementar a sua formação. A partir daí uma série de problemáticas surgiram, o que fez os estudantes se mobilizarem para discutir o tema, tanto a nível local, questionando a qualidade dos novos cursos, quanto a nível nacional, onde as DCN's foram aprovadas sem o consentimento do Movimento Estudantil de Educação Física.

Durante os anos de 2009 e 2010, quando as primeiras turmas do novo currículo conheceram-no por completo, os problemas se tornaram evidentes. Segundo a avaliação dos estudantes, feita durante a semana acadêmica do primeiro semestre de 2010, constatou-se que não há relação entre as disciplinas, os conteúdos se dão de forma isolada e desconexa; há um déficit de disciplinas da área pedagógica na formação dos bacharéis, assim como faltam disciplinas da área biológica para os licenciados; não há diferenciação no trato do conhecimento de disciplinas de cursos com objetivos distintos; somos impedidos de estagiar antes da 6ª fase, temos uma aproximação tardia com nosso campo de trabalho, entre outras questões.

Em resposta a estas críticas contundentes, a direção do centro convocou um grupo de professores para propor mudanças nos cursos, formando um Núcleo Docente Estruturante para cada curso. Como o nome já diz, tal núcleo é composto apenas por professores, sem a participação dos mais afetados: os estudantes, que irão se formar em um curso fragmentado e problemático. Em vista disso, os estudantes organizados pelo Centro Acadêmico de Educação Física passaram a debater o tema em suas reuniões, em vistas de fundamentar-se para o embate político, tendo em vista que não foram convidados a participar de tal reformulação.

Ainda nesta fase de aproximação com a temática, já tiveram diversos avanços e descobriram algumas inverdades: primeiramente, as atuais DCN's não correspondem com as discussões da nossa área acerca da temática, foi criado um falso consenso para legitimar a divisão dos cursos, que beneficia apenas setores corporativistas da área, que podem explorar o campo não-escolar, supostamente dedicado aos bacharéis; a divisão não era obrigatória, conforme parecer 400/2005, do próprio CNE; o curso não forma profissionais capacitados, conforme avaliação dos próprios estudantes, e o mais grave: a promessa de que poderiam retornar para complementar nossa formação durou apenas dois semestres, e hoje os estudantes formam-se com apenas parte do conhecimento de nossa área, sem a

possibilidade de complementá-lo, devendo para isso enfrentar novamente o estreito e segregador gargalo do vestibular. Sendo assim, a divisão do curso, ao impossibilitar os bacharéis de atuar na escola e limitar o conhecimento dos licenciados através desta divisão arbitrária e sem base epistemológica que a sustente, vem para trazer um imenso retrocesso à Educação Física, que tanto progrediu nas últimas três décadas.

Como consequência das discussões do CAEF, aliadas às discussões nos fóruns do Movimento Estudantil, tomaram a atitude de construir um Grupo de Estudos sobre o tema, para fundamentarem seus argumentos e exigir a participação ativa dos estudantes na reformulação curricular que já está em andamento. A fim de fundamentar os estudantes, rodaram duas mil cartilhas elaboradas pela ExNEEF, que trata da proposta de Licenciatura Ampliada. Promoveram encontros para estudá-la e confeccionaram camisetas da campanha nacional —A Educação Física é Uma Só! Formação Unificada JÁ!|| , para chamar os estudantes para a luta por uma formação de qualidade.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Com a homologação da Resolução nº 07/2004 do CES/CNE, houve um movimento nacional de mudança nos currículos das graduações, mudanças estas que foram repudiadas pela ExNEEF e pelo MEEF. Em um movimento claro de direcionamento da formação universitária para o mercado capitalista, fragmentando o conhecimento e colocando os acadêmicos uns contra os outros, as novas diretrizes foram instituídas na UEM para os ingressos de 2006, com conclusão do curso em 2010 para o período integral e 2011 para o período noturno para as primeiras turmas. Porém, esta divisão foi bem confusa. Na teoria os currículos são diferentes, na prática, disciplinas são idênticas na atuação, mas, em sua ementa são diferentes, o que impede o aproveitamento de estudos quando os egressos tentam o reingresso.

Nesta realidade, tanto como gestão de Centro Acadêmico, quanto como coletivo as ações para revogação desta realidade sempre foram muito diretas. Eram realizados espaços de formação com os acadêmicos, inserção da discussão na pauta da reunião departamental, panfletagem, etc. Com o lançamento da campanha nacional, foi possível apresentar aos acadêmicos que a luta é maior que apenas de um único departamento ou de meia dúzia de alunos descontentes com a atual formação. Com a realização do XVI EREEF SUL, os acadêmicos da UEM que participaram conseguiram ver ainda mais a realidade, a partir dos Grupos de Estudo e Discussão. A atuação de professores aliados nas aulas contribuiu bastante para a tomada de consciência dos alunos, principalmente os do primeiro ano, que ainda têm muitas dúvidas quando o assunto é currículo.

No final de 2010, o Departamento de Educação Física montou uma comissão de reestruturação curricular, com o objetivo de reformar (e não reformular) o atual currículo. Porém, vimos nisso uma oportunidade de mobilizar todos os acadêmicos acerca do assunto. A atual gestão do Centro Acadêmico realizou um referendo para saber qual a posição que o representante discente da comissão deveria tomar dentro da mesma, defendendo qual tipo de formação: Licenciatura Ampliada ou a Divisão Curricular. Por 200 votos de diferença, venceu a Licenciatura Ampliada. Antes da votação realizamos passadas nas salas de aula, explicando o caráter do referendo, explicitando o caráter da formação omnilateral defendida pela Licenciatura Ampliada, e culminou com uma vitória expressiva do movimento. Iniciaram o ano de 2011 com mais gana de vitória e atuando fortemente na base para que a mudança seja efetiva.

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Na gestão 2009/2010, algumas ações foram realizadas para tornar de conhecimento de todos a campanha que o CAEF – UFPR estava debatendo, tais como uma mesa sobre

Licenciatura Ampliada em que a militante do MEEF e o militante do MNCR compuseram a mesa e trouxeram o debate para dentro do DEF – UFPR.

A campanha vem tomando corpo dentro do departamento, pois os estudantes estão se convencendo que as atuais DCN's apenas fragmentam a formação e precarizam os futuros trabalhadores e trabalhadoras de Educação Física . A IV Semana Acadêmica de Educação Física de 2010 teve como tema "Educação Física é uma só. Formação Unificada JÁ!", onde tiveram a presença de um professor de Rio Grande que apoia a campanha, bem como uma estudante da UFRGS na mesa principal. Além disso foi formada uma comissão para a reestruturação do currículo da Educação Física - UFPR, que estará participando dos órgãos representativos do curso.

Em 2011 o foco do CAEF – UFPR é tocar cada vez mais a campanha e alcançar um nível em que a discussão seja definitiva para a revogação das atuais DCN's.

Resultado Plebiscito Nacional

Resultado Total

SIM - 2341

NÃO - 160

NULOS – 7

Resultado por Escolas

UFSM

SIM – 151

NÃO – 67

NULOS – 5

UFRJ

SIM – 668

NÃO – 5

NULOS – 2

UFG

SIM - 249

NÃO – 8

NULOS – 0

PUC

SIM – 303

NÃO - 02

NULOS - 0

UEG

SIM - 208

NÃO – 4

NULOS - 0

UEM

SIM – 291

NÃO – 29

NULOS – 0

UFPR
SIM – 163
NÃO – 10
NULOS – 0

UFS
SIM – 126
NÃO – 25
NULOS – 0

UFRGS
SIM – 182
NÃO – 10
NULOS – 0

UEFS – Devido a greve das universidades estaduais que ocorrem na Bahia há 60 dias, os estudantes de Educação Física não conseguiram realizar o plebiscito.

Balanço da Campanha

A campanha nacional iniciou no ano de 2009 e desde então passou por diversos períodos e conjunturas. Não podemos caracterizá-la da mesma forma no país todo, pois ela se apresenta de diferentes maneiras respeitando a realidade de cada Universidade. Importante ressaltar que a participação dos Diretórios, Centros Acadêmicos e coletivos organizados é que levam para frente à campanha, com o apoio da base, os estudantes de Educação Física.

O apoio de professores e técnicos também é fundamental para conseguirmos dar continuidade à campanha, por isso que essa articulação se faz necessária. A nota de apoio, uma das ações desse ano, é um importante passo para mostrarmos o apoio dos grupos de pesquisa das diferentes Universidades do Brasil, bem como o apoio de movimentos sociais e sindicatos. Isso demonstra que trabalhadores apoiam a luta estudantil por uma formação de qualidade, uma formação única em Educação Física que nos garanta atuação nas diversas áreas do mundo do trabalho.

Ações de agitação e propaganda, bandeiras, camisetas é uma importante tática para divulgar a campanha. Ações que fomentem nossa formação, como cartilhas, caderno de lutas, caderno de debates, espaços de formação, grupos de estudos, mesas de debates são maneiras importantes para continuarmos estudando e avançando teoricamente sobre o assunto. Teoria e prática articuladas desde o princípio.

A cada ano aumenta o número de escolas que iniciam a campanha em suas Unidades. É fundamental que o MEEF esteja articulado para poder responder as demandas referentes à formação em Educação Física. Para isso continuemos a tocar a campanha, demonstrando para o Brasil inteiro que os estudantes são capazes de pensar e formular sobre sua formação, que articulados conseguiremos seguir em frente e conquistar a unificação do curso como em Santa Maria.

Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

A EDUCAÇÃO FÍSICA É UMA SÓ! FORMAÇÃO UNIFICADA JÁ!

Lista dos Professores do Departamento de Educação Física

- 1. Adjailson Fernandes Coutinho**
- 2. Álvaro Luís Pessoa de Farias**
- 3. Anny Sionara Moura Lima Dantas**
- 4. Andrei Guilherme Lopes**
- 5. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino**
- 6. Eduardo Ribeiro Dantas**
- 7. Elaine Melo de Brito Costa**
- 8. Francisco das Chagas B. Costa**
- 9. Giselly Félix Coutinho**
- 10. Ivanildo Alcântara de Souza**
- 11. Jamenson Cavalcante de Holanda A. Filho**
- 12. José Damião Rodrigues**
- 13. José Eugênio Eloi Moura**
- 14. Josenaldo Lopes Dias**
- 15. Jozilma de Medeiros Gonzaga**
- 16. José Pereira do Nascimento Filho**
- 17. Jeimison de Araújo Macieira**
- 18. Manoel Freire de Oliveira Neto**
- 19. Maria Goretti da Cunha Lisboa**
- 20. Mirian Werba Saldanha**
- 21- Regimênia Maria Braga Carvalho**
- 22. Roberto Coty Wanderley**
- 23. Sêmio Wendel Martins de Melo**
- 24. Sidilene Gonzaga de Melo**
- 25. Verônica Fernandes da Silva**

CURSO: 15 - EDUCAÇÃO FÍSICA
CURRÍCULO: 52 Campina Grande (Semestral)
CENTRO: CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CIDADE: Campina Grande

LISTA DE DISCIPLINAS

Nº	Turno	Série	Código	Nome da Disciplina	CH	S/A	Tipo
1	Diurno	1	151151	ANATOMIA E CINESIOLOGIA HUMANA	120	S	B
2	Diurno	1	151152	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	S	C
3	Diurno	1	151153	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	S	P
4	Diurno	1	151154	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	S	P
5	Diurno	1	151155	FUNDAMENTOS HIST. E FIL. DA ED. FIS. E ESPORT	60	S	B
6	Diurno	2	151251	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA I	30	S	P
7	Diurno	2	151252	BIOQUIMICA E FISIOLOGIA HUMANA	120	S	B
8	Diurno	2	151253	PSICOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	60	S	P
9	Diurno	2	151254	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA E O CURRÍCULO	60	S	P
10	Diurno	2	151255	DIREITO, ORGANIZ. E LEGISLAÇÃO DESPORTIVA	60	S	B
11	Diurno	3	151351	ATLETISMO	60	S	B
12	Diurno	3	151352	MÉTODOS E TEC. DE PESQ. EM EDUCAÇÃO FÍSICA	30	S	C
13	Diurno	3	151353	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	120	S	B
14	Diurno	3	151354	FUTEBOL	60	S	B
15	Diurno	3	151355	PROCESSO DIDÁTICO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	60	S	P
16	Diurno	3	151356	HANDEBOL	60	S	B
17	Diurno	4	151451	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	60	S	B
18	Diurno	4	151452	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA II	30	S	P
19	Diurno	4	151453	MEDIDAS E AVALIAÇÃO BIOMÉTRICA EM ED. FÍSICA	60	S	B
20	Diurno	4	151454	BASQUETEBOL	60	S	B
21	Diurno	4	151455	DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E PERF. MOTORA	60	S	B
22	Diurno	4	151456	GINÁSTICA OLÍMPICA	60	S	B
23	Diurno	4	151457	PRIMEIROS SOCORROS E REC. FIS. NA ED. FÍSICA	60	S	C
24	Diurno	5	151551	RECREAÇÃO E LAZER	60	S	B
25	Diurno	5	151552	BIOESTATÍSTICA	60	S	C
26	Diurno	5	151553	NATAÇÃO E ATIVIDADES AQUÁTICAS	60	S	B
27	Diurno	5	151554	NUTRIÇÃO APLICADA A ATIVIDADE FÍSICA	60	S	C
28	Diurno	5	151555	GINÁSTICA RÍTMICA	60	S	B
29	Diurno	5	151556	VOLEIBOL	60	S	B
30	Diurno	5	151557	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	S	P
31	Diurno	6	151651	JUDÔ	60	S	B
32	Diurno	6	151652	PESQUISA/EXTENSÃO	30	S	C
33	Diurno	6	151653	EDUCAÇÃO FÍSICA PARA GRUPOS ESPECIAIS	60	S	C
34	Diurno	6	151654	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	S	P
35	Diurno	6	151655	GINÁSTICA DE ACADEMIA	60	S	B
36	Diurno	6	151656	TREINAMENTO DESPORTIVO	60	S	B

37	Diurno	7	151751	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	S	P
38	Diurno	7	151752	DANÇA	60	S	B
39	Diurno	7	151753	TCC	0	S	B

40	Diurno	8	151851	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	105	S	P
41	Diurno	8	151852	TCC	0	S	B

42	Diurno	0	151051	CAPOEIRA	60	S	E
43	Diurno	0	151052	MUSCULAÇÃO	60	S	E
44	Diurno	0	151053	EDUCAÇÃO FÍSICA E ENVELHECIMENTO	60	S	E
45	Diurno	0	151054	ESTUDO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS	60	S	E
46	Diurno	0	151055	BIOMECANICA	60	S	E
47	Diurno	0	151056	EDUCAÇÃO POSTURAL	60	S	E
48	Diurno	0	151057	KARATE	60	S	E
49	Diurno	0	151058	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE MONITORIA	90	S	G
50	Diurno	0	151059	PROJETOS E PROGRAMAS DE PESQUISA	90	S	G
51	Diurno	0	151060	PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO	90	S	G
52	Diurno	0	151061	CURSOS E OFICINAS NA AREA DE EDUCACAO FISICA	60	S	G
53	Diurno	0	151062	EVENTOS DIVERSOS NA AREA DE EDUCACAO FISICA	90	S	G
54	Diurno	0	151063	EVENTOS DIVERSOS EM AREAS AFINS	60	S	G
55	Diurno	0	151064	ESTÁGIO MULTIDISCIPLINAR INTERIORIZADO	60	S	G
56	Diurno	0	151065	OUTRAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	60	S	G
57	Diurno	0	151066	LIBRAS	60	S	E

Nº	Turno	Série	Código	Nome da Disciplina	CH	S/A	Tipo
58	Noturno	1	153151	ANATOMIA E CINESIOLOGIA HUMANA	120	S	B
59	Noturno	1	153152	METODOLOGIA CIENTIFICA	60	S	C
60	Noturno	1	153153	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	S	P
61	Noturno	1	153154	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	S	P
62	Noturno	1	153155	FUNDAMENTOS HIST. E FIL. DA ED. FIS. E ESPORT	60	S	B
63	Noturno	2	153201	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA I	30	S	P
64	Noturno	2	153252	BIOQUIMICA E FISIOLOGIA HUMANA	120	S	B
65	Noturno	2	153253	PSICOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	60	S	P
66	Noturno	2	153254	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA E O CURRÍCULO	60	S	B
67	Noturno	2	153255	DIREITO, ORGANIZ. E LEGISLAÇÃO DESPORTIVA	60	S	B
68	Noturno	3	153351	ATLETISMO	60	S	B
69	Noturno	3	153352	MÉTODOS E TEC. DE PESQ. EM EDUCAÇÃO FÍSICA	30	S	B
70	Noturno	3	153353	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	120	S	B
71	Noturno	3	153354	FUTEBOL	60	S	B
72	Noturno	3	153355	PROCESSO DIDÁTICO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	60	S	P
73	Noturno	3	153356	HANDEBOL	60	S	B
74	Noturno	4	153451	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	60	S	B
75	Noturno	4	153452	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA II	30	S	P
76	Noturno	4	153453	MEDIDAS E AVALIAÇÃO BIOMÉTRICA EM ED. FÍSICA	60	S	B
77	Noturno	4	153454	BASQUETEBOL	60	S	B
78	Noturno	4	153455	DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E PERF. MOTORA	60	S	B
79	Noturno	4	153456	GINÁSTICA OLÍMPICA	60	S	B
80	Noturno	4	153457	PRIMEIROS SOCORROS E REC. FIS. NA ED. FÍSICA	60	S	C
81	Noturno	5	153551	RECREAÇÃO E LAZER	60	S	B
82	Noturno	5	153552	BIOESTATÍSTICA	60	S	C
83	Noturno	5	153553	NATAÇÃO E ATIVIDADES AQUÁTICAS	60	S	B
84	Noturno	5	153554	NUTRIÇÃO APLICADA A ATIVIDADE FÍSICA	60	S	C
85	Noturno	5	153555	GINÁSTICA RÍTMICA	60	S	B
86	Noturno	5	153556	VOLEIBOL	60	S	B
87	Noturno	5	153557	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	S	P
88	Noturno	6	153651	JUDÔ	60	S	B
89	Noturno	6	153652	PESQUISA/EXTENSÃO	30	S	C
90	Noturno	6	153653	EDUCAÇÃO FÍSICA PARA GRUPOS ESPECIAIS	60	S	C
91	Noturno	6	153654	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	S	B
92	Noturno	6	153655	GINÁSTICA DE ACADEMIA	60	S	B
93	Noturno	6	153656	TREINAMENTO DESPORTIVO	60	S	B
94	Noturno	7	153751	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	S	P
95	Noturno	7	153752	DANÇA	60	S	B
96	Noturno	7	153753	TCC	0	S	B
97	Noturno	8	153851	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	105	S	P

98	Noturno	8	153852	TCC	0	S	B
99	Noturno	0	153051	CAPOEIRA	60	S	E
100	Noturno	0	153052	MUSCULAÇÃO	60	S	E
101	Noturno	0	153053	EDUCAÇÃO FÍSICA E ENVELHECIMENTO	60	S	E
102	Noturno	0	153054	ESTUDO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	60	S	E
103	Noturno	0	153055	BIOMECANICA	60	S	E
104	Noturno	0	153056	EDUCAÇÃO POSTURAL	60	S	E
105	Noturno	0	153057	KARATE	60	S	E
106	Noturno	0	153058	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE MONITORIA	90	S	G
107	Noturno	0	153059	PROJETOS E PROGRAMAS DE PESQUISA	90	S	G
108	Noturno	0	153060	PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO	90	S	G
109	Noturno	0	153061	CURSOS E OFICINAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60	S	G
110	Noturno	0	153062	EVENTOS DIVERSOS NA AREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	90	S	G
111	Noturno	0	153063	EVENTOS DIVERSOS EM AREAS AFINS	60	S	G
112	Noturno	0	153064	ESTÁGIO MULTIDISCIPLINAS INTERIORIZADO	60	S	G
113	Noturno	0	153065	OUTRAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	60	S	G
114	Noturno	0	153066	LIBRAS	60	S	E

Legenda: S: Semestral A: Anual
 B: Básica C: Complementar P: Pedagógica
 R: Aprofundamento E: Eletiva G: Participação em eventos